

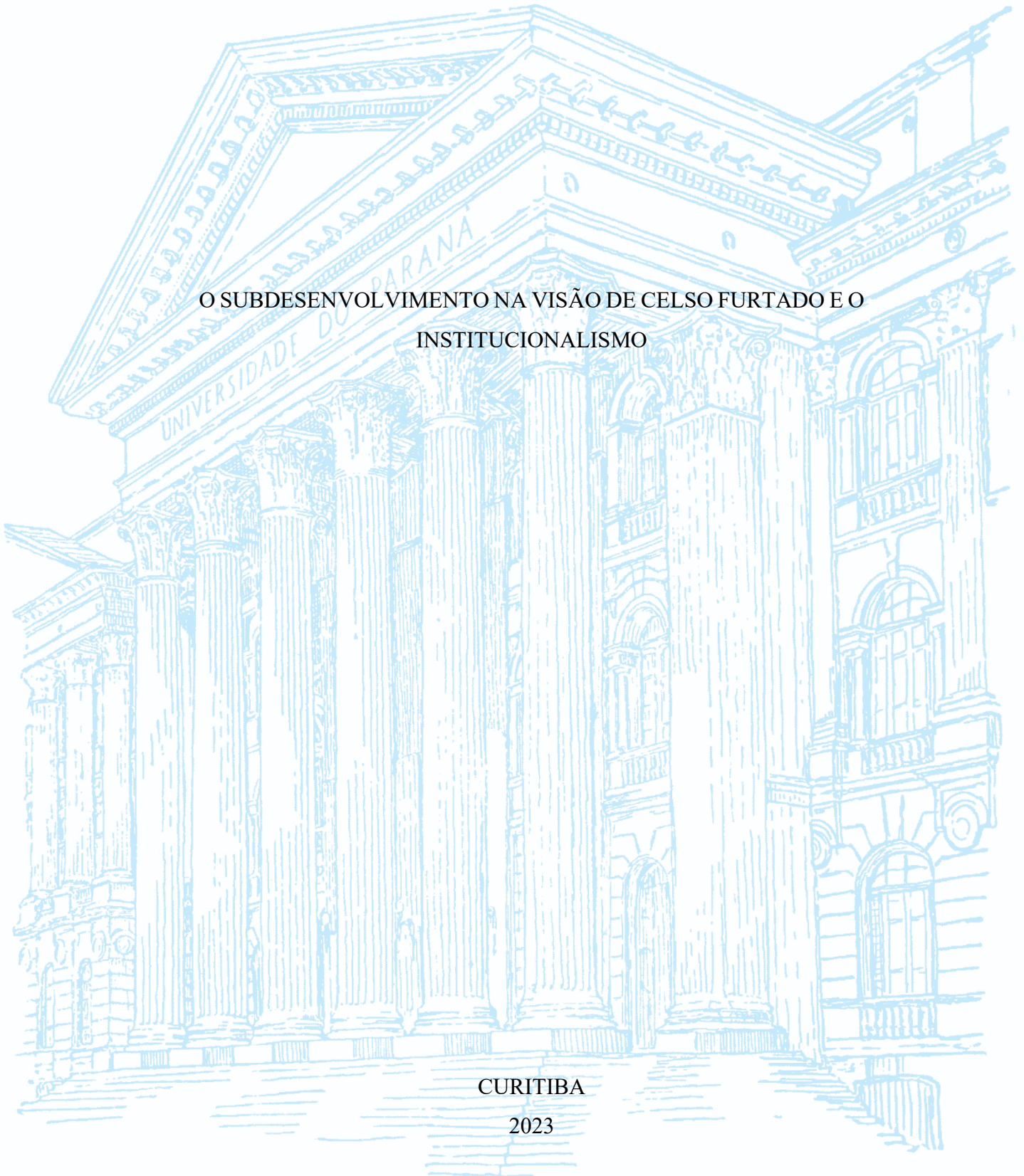
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA VELOSO CASTRO

O SUBDESENVOLVIMENTO NA VISÃO DE CELSO FURTADO E O
INSTITUCIONALISMO

CURITIBA

2023



MARIANA VELOSO CASTRO

O SUBDESENVOLVIMENTO NA VISÃO DE CELSO FURTADO E O
INSTITUCIONALISMO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Huascar Fialho Pessali

CURITIBA

2023

MARIANA VELOSO CASTRO

**A CONDIÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO NA VISÃO DE CELSO FURTADO E O
INSTITUCIONALISMO**

MONOGRAFIA APRESENTADA AO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, COMO
REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

Curitiba, 24 de novembro de 2023.

Prof. Dr. Huascar Fialho Pessali (UFPR) – Orientador

Prof^a. Dra. Larissa Naves de Deus Dornelas (UFPR)

Prof. Dr. Fabiano Abranches da Silva Dalto (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me capacitar e sustentar ao longo da minha trajetória e realizações. Meu imenso agradecimento aos meus pais e à minha irmã por serem meu suporte e meus maiores incentivadores em todos os meus sonhos e conquistas; mesmo vivendo em outro estado, estiveram presentes em cada passo.

Não menos importante, expresso minha gratidão aos meus amigos (Edson, Ismael, Enzo, Matheus, Victoria e Camila Oliveira), que tornaram os dias mais fáceis e leves. Ao meu namorado (Eduardo), que entrou na minha vida durante a graduação e sempre acreditou em mim, oferecendo apoio incondicional nos últimos períodos.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Huascar Pessali, pela compreensão, paciência e ensinamentos ao conduzir a orientação de forma leve. Estendo meus agradecimentos a todos os professores que fizeram parte dessa trajetória, em especial aos voluntários da educação popular que lutam por um acesso justo ao ensino superior. Como aluna da rede pública, não posso deixar de reconhecer o papel fundamental de cada professor na minha educação.

“Um aluno, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo.
A educação é a única solução”. (Malala Yousafzai, 2013)

RESUMO

Este trabalho busca discutir a aproximação entre o pensamento estruturalista latino-americano na visão de Celso Furtado e a teoria institucionalista clássica. Discute-se as características das economias subdesenvolvidas e o processo de difusão da inovação, via acumulação de capital. Dessa forma, não se deve atribuir o processo de desenvolvimento econômico a um único elemento, pois há outros aspectos que exigem estudo como a relação dos indivíduos com as instituições, formadas a partir das ações individuais e hábitos de pensamento. As abordagens contribuem para a compreensão sobre os aspectos sociais presentes nas economias periféricas e da trajetória de desenvolvimento percorrida.

Palavras-chave: Institucionalismo; desenvolvimento econômico; Celso Furtado; Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

This work seeks to discuss the convergence between Latin American structuralist thinking in Celso Furtado's perspective, and classical institutionalist theory. It examines the characteristics of underdeveloped economies and the process of innovation diffusion through capital accumulation. Therefore, it should not be attributed the economic development process to a single element, as there are other aspects that require study, such as the relationship between individuals and institutions, shaped by individual actions and habits of thought. These approaches contribute to understanding the social aspects present in peripheral economies and the developmental trajectory they have followed.

Keywords: Institutionalism; Economic Development; Celso Furtado; Underdevelopment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 TEORIA ESTRUTURALISTA LATINO-AMERICANO E A CONDIÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO	13
2.1 CATEGORIZAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO	13
2.2 ESTRUTURALISMO E A DINÂMICA CENTRO-PERIFERIA	14
2.3 CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE)	15
2.4 CONDIÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO	18
3 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE E DEPENDÊNCIA CULTURAL	20
3.1 DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	20
3.2 SUBDESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	22
3.4 O EXCEDENTE DE CAPITAL.....	28
3.5 PROCESSO DE INOVAÇÃO E PROGRESSO TÉCNICO	30
4 INSTITUCIONALISMO: TEORIA VEBLENIANA, HÁBITOS, INSTITUIÇÕES	33
4.1 ECONOMIA INSTITUCIONAL	33
4.2 INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES.....	35
4.3 EMULAÇÃO E SEU PAPEL NA INOVAÇÃO	41
5 PARALELOS: A VISÃO INSTITUCIONALISTA NA DINÂMICA PERIFÉRICA	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

1 INTRODUÇÃO

Estudar desenvolvimento é procurar entender as causas do porquê a maioria dos países enfrentam dificuldades em alcançar um crescimento sustentado (renda e padrão de vida). O termo em si, é usado para expor o processo de transformação econômica e social dos países, ou até mesmo a falta dela. Trata-se de um evento de dimensão histórica - uma vez que cada economia enfrenta obstáculos específicos ao seu contexto. Exponente da corrente latino-americana estruturalista, Celso Furtado (1920-2004) modificou a compressão sobre os obstáculos ao desenvolvimento enfrentado nas economias subdesenvolvidos. O entendimento por ele apresentado sobre o desenvolvimento, abarca a complexidade estrutural além do crescimento econômico.

Dessa forma, na visão de Furtado, o desenvolvimento econômico não condiz apenas ao crescimento econômico, mas exige a superação dos obstáculos socioeconômicos; requer transformações a partir das estruturas produtivas, institucionais, políticas e sociais - em suma - evolução estrutural. Segundo Bielschowsky (2006), Furtado colocou em evidência a importância da análise histórica para a compreensão socioeconômica e expôs a probabilidade de que o crescimento econômico nos países com industrialização tardia e dependente ocorre de forma desequilibrada - os ganhos de produtividade não implicariam em aumentos de salário, ratificando a má distribuição de renda -, e, junto com outros autores ligados à CEPAL, apontou os efeitos da incorporação do padrão de consumo das economias de alta renda sobre o tipo de crescimento econômico obtido nas economias periféricas.

Neste trabalho, o objetivo é entender a condição de subdesenvolvimento das economias periféricas na visão estruturalista de Celso Furtado, a partir das obras sobre a compreensão dos aspectos socioculturais e econômicos ligados à dinâmica de acumulação de capital, e traçar um paralelo com a visão institucionalista clássica.

Para a economia clássica, a teoria do desenvolvimento possui por propósito, “mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia” (Kaldor, 1957 apud Furtado, 1961, p,147). Em certa estrutura econômica, caberia a reconstituição de variáveis exógenas que mostrassem o caminho e a intensidade do crescimento. Entretanto, para Furtado (1961), a ideia não considera que dentro do processo do desenvolvimento econômico é necessário considerar a dimensão

histórica entre as variáveis a serem examinadas. Uma teoria do desenvolvimento econômico não deve se limitar a reconstituições de um modelo geral, pois não abrange os diferentes níveis de desenvolvimento presentes nos diversos sistemas econômicos coexistentes.

A preocupação do autor em diagnosticar as diferentes condições do subdesenvolvimento o aproximou da análise econômica com o método histórico. O estudo comparativo dos entraves, condicionados a situações históricas distintas e em diferentes contextos nacionais, o levou à adoção do enfoque estrutural dos problemas econômicos.

O economista explora os processos econômicos, não de uma perspectiva essencialmente exclusiva, mas sim como sistema de produção que necessariamente terá que ir até a dimensão histórica, obrigando a ser cauteloso ao realizar generalizações. O desenvolvimento econômico pertence à dimensão histórica. Cada economia está suscetível a enfrentar diversos obstáculos que lhe são específicos e, mesmo que sejam encontrados em outras economias, cada um (correntes migratórias, ordem institucional, graus de desenvolvimento, etc.) singulariza o histórico econômico.

A intenção em trazer também a teoria institucional clássica para compreensão da criação de riqueza de um país tem por objetivo mostrar como ambas as visões encaram o desenvolvimento. Mesmo havendo divergências, há pontos de proximidade sobre a problemática de economias subdesenvolvidas. Reconhece-se a importância de selecionar eventos significativos do processo histórico, sendo distintas da perspectiva tradicional de convergência das rendas (*catching-up*) em função dos retornos decrescentes do capital.

Destaca-se que ambas recorrem ao estudo do processo histórico (realidades sociais) e do comportamento de agentes econômico (instituições) em seus definidos contextos. As particularidades de fatores econômico, social, política e cultural que ao longo do tempo foram se moldando de forma única, constituindo hábitos e pensamentos que consolidaram as instituições são relevantes. A relação biunívoca entre indivíduos e hábitos instituídos de forma compartilhada condiciona as estratégias de desenvolvimento e a evolução institucional, auxilia no entender da dinâmica de dependência cultural da periferia e da conformação da estrutura produtiva, atuando de forma recursiva e cumulativa no processo de distinção da relação centro e periferia.

Portanto, buscamos entender a trajetória na construção de um quadro institucional, em consonância com o crescimento econômico, advindo do processo histórico e sociocultural. A partir disso, buscamos referenciar os conceitos institucionalistas na trajetória do

desenvolvimento econômico periférico, a fim de compreender as dinâmicas de poder e a maneira como a política é estruturada, tornando a análise um instrumento indispensável para refletir sobre o progresso de uma nação em condição de subdesenvolvimento.

O trabalho está organizado em cinco partes, além desta introdução. No segundo capítulo, concentramo-nos em apresentar a construção do pensamento estruturalista na América Latina e a condição de subdesenvolvimento elaborada por Furtado. Na terceira parte, descrevemos como os processos de acumulação de capital, apropriação do excedente e a dependência cultural se manifestam nas economias periféricas, enraizadas desde o processo de colonização. Em seguida, apresentamos a teoria institucional e seus principais conceitos, elaborados por Thorstein Veblen. Por fim, a quinta e principal parte deste trabalho busca listar os pontos de convergência entre as teorias apresentadas, visando compreender como as estruturas sociais e as instituições contribuem para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento econômico das economias latino-americanas. Finalizando com considerações finais acerca do tema.

2 TEORIA ESTRUTURALISTA LATINO-AMERICANO E A CONDIÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO

Na teoria furtadiana, entender a estrutura de subdesenvolvimento pelas origens históricas é fundamental para situar a dependência cultural - princípio do processo de reprodução das estruturas sociais. Afinal, as formas de assimilação e difusão do progresso técnico são características do subdesenvolvimento.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

A Revolução Industrial, no século XVIII, significou a ruptura na economia mundial do período. A existência de um centro dinâmico, direcionou três linhas de desenvolvimento. Inicialmente, dentro da Europa com dinâmica já estabelecida pelo mercantilismo, caracterizou o desenvolvimento pela desorganização da economia artesanal (pré-capitalista) e pela gradativa absorção dos fatores produzidos, elevando o nível da produtividade. Nessa fase já estabelecida, ocorreu a divisão em dois processos: a liberação rápida da mão de obra, tornando a oferta totalmente elástica; e a oferta de mão de obra resultante da desarticulação da economia pré-capitalista, tende-se a esgotar, exigindo reorientação da tecnologia. Sendo assim, a transformação das indústrias em bens de capital se tornou condicionada à disponibilidade relativa dos fatores nos centros industriais.

O segundo trilho do desenvolvimento da economia industrial resultou no deslocamento para além da fronteira continental em terras desocupadas, similares ao território de origem. Diferente da primeira etapa, o processo se deu pela emigração, não só populacional como de técnicas e hábitos de consumo. Os recursos naturais, então encontrados, eram de maior abundância, resultando na elevação dos níveis de produtividade e renda de forma rápida. Furtado (2013), explica que nesses novos territórios formados - colônias - prevaleceram condições econômicas favoráveis, pois a população alcançara já no início padrões de vida elevados, semelhantes ao país de origem.

A terceira e última linha de expansão do advento industrial direcionou-se para outras regiões já ocupadas, com sistemas econômicos milenares, mas de natureza pré-capitalista. O interesse recaía no comércio de matérias-primas, principal demanda dos centros industriais. O desdobramento da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou conforme as

circunstâncias locais, do tipo de pré-capitalismo à intensidade dessa inserção. Todavia, a mudança decorrente resultou na criação de estruturas heterogêneas. Logo, uma parte se comportava como um sistema capitalista, enquanto a outra manteve-se na estrutura já existente de forma que se constituiu em uma economia dualista - o que caracteriza o subdesenvolvimento contemporâneo (Furtado, 1961).

2.2 ESTRUTURALISMO E A DINÂMICA CENTRO-PERIFERIA

Raul Prebisch (1901 - 1986) foi referência teórica para as argumentações de Furtado, ambos os autores se destacaram na teorização cepalina. Em seus estudos apresentaram a necessidade de industrialização promovida pelo Estado como modo de superação do subdesenvolvimento, tese distinta da teoria neoclássica e das conseqüentes normas vigentes no comércio internacional.

O ponto fundamental da abordagem é a relação centro-periferia, apresentada na teoria de Raul Prebisch (1962). O autor argentino, argumenta que a desconexão é decorrente das condições inapropriadas do crescimento periférico, resultando em restrições à industrialização e ao progresso técnico. Prebisch observou que o comportamento cíclico das economias capitalistas divergia do que ocorria nos países exportadores industriais (centro), daqueles que se caracterizavam como exportadores primários (países periféricos).

A escola estruturalista latino-americano analisa a produtividade e a dinâmica da acumulação de capital nos países periféricos, destacando a importância dos parâmetros tradicionalmente considerados não econômicos dos modelos macroeconômicos (Furtado, 2013).

Para Celso Furtado, em particular, a heterogeneidade (ou desigualdade) social é o grande problema econômico, partindo da percepção que a estrutura produtiva é diretamente influenciada pelas condições históricas, que engendraram obstáculos à absorção de características capitalistas necessárias para a modernização. Entretanto, a desigualdade se consolidou no arcabouço institucional, retroalimentando a diferenciação econômica e a heterogeneidade estrutural características das economias subdesenvolvidas. Dessa forma, para o autor, o subdesenvolvimento não se caracterizava como um estágio precedente ao desenvolvimento, pela qual teriam passado as economias que alcançaram um grau superior de

desenvolvimento - como apresentado por W. W. Rostow - mas sim, um processo histórico independente (Furtado, 1961).

Celso Furtado assente com o sistema centro-periferia elaborado por Prebisch, acrescentando que o sistema possui concepção histórica, a partir de uma constante estrutural entendível pela divisão internacional do trabalho. Dessa forma, para os autores, o avanço da análise econômica requer a combinação de dois enfoques: o estudo dos processos históricos, ou das realidades sociais globais, e a compreensão do comportamento dos agentes econômicos a partir de contextos próprios.

2.3 CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE)

A década de 1930 marcou a economia mundial, durante a crise de 1929 com a queda dos preços das exportações periféricas, e a II Guerra Mundial limitou-se a capacidade de importação das economias latino-americanas. Os países exportadores de bens primários tiveram dificuldade em obter divisas e a oferta de manufaturas sofreu com a desestabilização dos países envolvidos no conflito. Forçou-se então uma resposta das economias periféricas, que buscaram a industrialização para suprir a demanda interna. Nesse contexto, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em 1948, como resposta às pressões do novo contexto internacional. A CEPAL preocupou-se com o desenvolvimento econômico da América Latina, dando suporte às decisões políticas do período com estudos e propostas de políticas baseadas no método histórico-estruturalista.

O processo econômico deve ser considerado dentro do sistema mundial em que as sociedades estão consideradas as suas divergências estruturais. Estas – por sua vez - influenciam o papel de cada economia nacional no sistema e os caminhos a serem percorridos em busca de desenvolvimento. Celso Furtado defende que o desenvolvimento econômico parte da introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho (1961), e conforme cresce, eleva a renda real social e a quantidade de bens e serviços disponíveis. Sendo assim, o desenvolvimento econômico é baseado essencialmente num processo de acumulação de capital, que na ausência do progresso técnico, esbarra constantemente em seus limites.

A corrente estruturalista considera que economias centrais possuem estruturas produtivas diversificadas em bens e serviços, com produtividade homogênea entre os setores, se traduzindo - teoricamente - em melhor distribuição de renda. Já as economias periféricas

apresentam estruturas produtivas fragmentadas, influenciadas diretamente pelo modelo primário-exportador. Os setores com alta produtividade coexistem com os de baixo rendimento; assim, a divisão estabelecida tem seu peso na formação das estruturas socioeconômicas, e na explicação da dinâmica reprodutiva subdesenvolvida.

Como fatores “não econômicos” — regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos com visão transnacional dos investimentos, permanência de grande parte da mão de obra fora dos mercados organizados etc. — integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, ao darmos ênfase ao estudo de tais parâmetros fomos chamados de estruturalistas. (Furtado, 2013 p.30)

A influência do pensamento cepalino, nos anos 50, incorporou a ideia de que o avanço da industrialização era o principal caminho para o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina. Observou-se nas periferias uma separação interna, onde os setores exportadores funcionam quase que de forma isolada do restante da economia. O retorno oriundo das exportações permitiu a incorporação de novas técnicas naqueles setores, possibilitando manter o nível elevado de produtividade. Contudo, o mesmo não ocorre para os setores que atendem ao mercado interno. A falta de interação impede que os benefícios obtidos pelo setor exportador se espalhem pela economia, forçando a coexistência entre a alta produtividade com elevada renda, e setores menores em produtividade de baixa renda. Mostra-se então dois traços fundamentais das estruturas subdesenvolvidas: especialização e heterogeneidade.

De outro modo, nos centros econômicos existem produções que atendem tanto o mercado interno quanto o externo, sem obstáculos à integração. O progresso obtido não se depara com as mesmas barreiras vistas na periferia, pois se propaga facilmente pelos demais setores produtivos, reforçando o crescimento de renda e a produtividade de forma homogênea. Logo, o desenvolvimento se distribui pelos setores econômicos.

Na obra de 1961 - Desenvolvimento e Subdesenvolvimento - Furtado se dedica a uma versão mais elaborada sobre o processo de desenvolvimento econômico. No seu entendimento, a teoria do desenvolvimento econômico exige uma visão multidisciplinar que considere as diferentes estruturas produtivas econômicas e não-econômicas (relações socioculturais, institucionais e políticas), assim se enquadrando na teoria estruturalista. Ademais, buscou-se analisar os impactos da concentração de renda na periferia ressaltando que a adoção de uma estrutura produtiva externa, implicaria na absorção de modelos de consumo exógeno, através

da especialização produtiva em setores com menor intensidade tecnológica, limitando a competitividade, restringindo importações e freando a acumulação de capital.

Por sua vez, em 'Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico' (1983), o autor busca distinguir as ligações existentes entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, pois a 'hipótese de crescimento sem desenvolvimento' constitui uma 'construção mental sem correspondência na realidade' (p. 77-78). A obra se destaca por possuir ideias pessoais do autor que contribuem para a evolução do seu pensamento.

Além disso, adota-se a diferenciação schumpeteriana entre invenções e inovações, que, segundo o autor, são necessárias para identificar os responsáveis pela tomada de decisão e os fatores econômicos que condicionam os efeitos econômicos que desencadeiam o desenvolvimento econômico, atendendo às necessidades coletivas.

[...] o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda per capita) é determinado por fenômenos de crescimento em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização da renda. O aumento da produtividade física com respeito ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico somente é possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos, as quais implicam seja acumulação de capital, sejam inovações tecnológicas, ou mais correntemente a ação conjugada desses dois fatores. Por outro lado, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, que é a expressão do sistema de valores da coletividade. Desta forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade. (Furtado, 1983, p. 79-80).

Assim, a partir da década de 1930 houve uma ruptura do modelo primário-exportador na economia brasileira ao se voltar para a busca do desenvolvimento do mercado interno. A Industrialização por Substituição de Importação (ISI), provocada pela diminuição da geração de divisas e contração da oferta subsequente da guerra, busca alterar a estrutura periférica de um modelo primário-exportador para uma economia industrial, redirecionando a origem de crescimento econômico das exportações para dentro (expansão da indústria interna). Todavia, as estruturas periféricas tendem a gerar efeitos que reafirmam a condição de subdesenvolvimento.

Entre os entraves estão a dificuldade em gerar e incorporar o progresso técnico. Para que ocorra a transformação interna, o processo de mudança deve ser iniciado fora do setor

dinâmico. Pois, o atraso não é apenas pela produtividade limitada, mas pela baixa capacidade de geração de excedente e a falta de integração entre setores.

Dessa forma, a industrialização é forçada a se dirigir aos setores menos complexos, com menor potencial em criação de progresso técnico, e de poucos efeitos ao desenvolvimento de cadeias produtivas. Sua baixa produtividade impacta na geração de excedentes e poupança, inviabilizando a expansão industrial. Concomitante a esta condição, ocorre o incentivo à expansão do setor de baixa complexidade, contribuindo com a lentidão de instalação de indústrias complexas, capazes de superar a carência dinâmica da economia subdesenvolvida, além de gerar maior capacidade de criação e difusão de inovações e tecnologias.

2.4 CONDIÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO

Segundo Furtado (2013), o subdesenvolvimento é resultado do desequilíbrio durante a assimilação de novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, que favorecem as inovações incidentes sobre o estilo de vida. A inclinação à emulação dos padrões de consumo tem por contradição o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. Celso Furtado incorpora aos seus estudos a divisão entre os sistemas de centro e periferia na análise da economia brasileira. Conecta a condição de subdesenvolvimento à concepção de centro-periferia, quando busca identificar as particularidades estruturais que surgiram após o estabelecimento do sistema de divisão do trabalho. O economista ressalta que a nova divisão internacional do trabalho, acabou por criar excedente de produção, o que possibilitou as classes dominantes (dos países periféricos) terem acesso aos padrões de consumo obtidos com o progresso tecnológico advindo da acumulação de capital dos países centrais. Deste modo, na economia periférica houve crescimento sem a absorção de novas técnicas de produção.

Devendo miniaturizar sistemas industriais em um processo muito mais avançado de acumulação e devendo acompanhar a rápida diversificação da panóplia de bens de consumo dos países mais alto nível de renda, os países periféricos foram levados a ter que aumentar a taxa de exploração, ou seja, a concentrar cada vez mais renda (FURTADO, 2013, p.194).

O aumento dos padrões de consumo concebidos no centro se propagou de forma mais ampla com a entrada de grandes empresas internacionais, resultante do progresso técnico e do

aumento dos investimentos em tecnologia. Fortalecendo ainda mais os vínculos de dependência entre os centros e as periferias (FURTADO, 2013). Durante o processo da ISI, a discrepância entre os níveis de consumo (o grau de diversificação) da classe dominante (caracterizada pelo seu consumo modernizado) seria introduzida na estrutura do aparelho produtivo.

Assim, o desequilíbrio no nível dos fatores passa a ser considerado como pertencente à economia subdesenvolvida que procura se industrializar. A industrialização periférica tende a incorporar a forma dos bens que anteriormente eram importados, de forma que a disposição de uma cesta de consumo determina os métodos produtivos a serem inseridas na produção, ou seja, a intensidade do capital e do trabalho a ser utilizado.

A industrialização em uma economia periférica, em dependência tecnológica dos países centrais, exige intensa absorção de progresso técnico na forma de novos bens de consumo e técnicas exigidas. Estabelecendo um sistema econômico em expansão resultado das formas sociais heterogêneas. Para Furtado (1981), o processo de fechamento da economia periférica (via substituição de importações) significava o esforço para diversificação da estrutura produtiva que permitisse acumulação para além do que poderia ser alcançado em uma economia periférica.

Portanto, na condição de subdesenvolvimento a adoção de tecnologia importada não permite à indústria local o aproveitamento da abundante mão de obra, dado que não há absorção do excedente humano das atividades atrasadas. Simultaneamente, a tecnologia importada não se enquadra às condições do mercado consumidor, com escalas mínimas elevadas, contrário ao mercado interno pouco desenvolvido. Dessa forma a produtividade sofre tanto pela produção abaixo do eficiente, quanto pela manutenção da condição de subemprego. A indústria capitalista que adentra um país ou região com passado colonial e estrutura econômica ultrapassada, não consegue criar vínculos devido ao fato da massa de lucros gerados não se integrar à economia local.

Dentro desse contexto, a descontinuidade da estrutura produtiva é a clara manifestação de um desequilíbrio no nível de fatores, dado que a tecnologia é inadequada às estruturas produtivas heterogêneas. Esse cenário reforça a condição de subdesenvolvimento, aprofundando a estratificação social. Assim, as particularidades do processo de acumulação de capital delimitam a lógica de reprodução do sistema periférico pertencente a condição de subdesenvolvimento.

3 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE E DEPENDÊNCIA CULTURAL

Entre os fatores importantes ao desenvolvimento econômico, Furtado considera a acumulação de capital como fundamental para um crescimento sustentável e equitativo. Para o autor, acumular capital é sinônimo de “difundir em um setor ou estender a novos setores uma técnica superior já disponível” (1961). No que tange à apropriação do excedente, defende que a sua distribuição desigual, fator perpetuador da desigualdade socioeconômica, pois pode definir os mecanismos que moldam a sociedade. Em relação a dependência cultural, a influência de valores e ideias externas impactaram na autonomia e capacidade de desenvolvimento. Em suma, a junção desses três fatores contribuiu para a compreensão e análise da trajetória de desenvolvimento das economias latino-americanas.

3.1 DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O desenvolvimento ultrapassa as categorias da análise econômica, visto que, tradicionalmente, se consegue identificar variáveis quantitativas do processo de desenvolvimento econômico. As novas formas de combinações de fatores, sejam nas inovações ou uso de técnicas já estabelecidas, compõem o processo de desenvolvimento, cujo objetivo final é aumentar a produtividade do trabalho via crescimento econômico.

Ora, o processo de acumulação de capital não pode ser explicado mediante uma formulação puramente abstrata, pois está intimamente ligado ao sistema de organização da produção, às formas de distribuição e utilização da renda, enfim, à estrutura econômica. (Furtado, 1961, p.76)

O desenvolvimento é o mesmo fenômeno analisado a partir do ponto de vista dos seus efeitos no conjunto econômico. Ao mesmo tempo, tem por base explicar o processo de acumulação e progresso técnico. Dessa forma, o desenvolvimento se funde a “inventividade e acumulação” (Furtado, 2013, p.31), limitando-se apenas à difusão de técnicas já conhecidas e comprovadas, se confundindo com a acumulação. A reflexão que deve ser tratada é através do processo acumulativo das forças produtivas.

Ora, por trás dos indicadores quantitativos que preocupam o economista desdobra-se o vasto processo histórico de difusão da civilização industrial: a adoção por todos os povos da terra do que se convencionou chamar de padrões de modernidade, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram. Daí que o papel da criatividade no desenvolvimento haja perdido nitidez, bem como toda relação entre a acumulação e os valores que presidem a vida social. Essa simplificação oculta a existência de modos de desenvolvimento hegemônicos que monopolizam a inventividade a nível dos fins em benefício de certos países. (Furtado, 2013, p. 31)

É certo que o crescimento da produtividade aumenta a quantidade de bens e serviços à disposição da população. Contudo, essa elevação provoca reações que modificam as estruturas da demanda. Para Furtado (1961), estudar o desenvolvimento é conhecer os mecanismos de aumento da produtividade e a maneira que reage a procura ao crescimento do nível de renda real. Em outras palavras, elevar a produtividade e a renda real, exige a diversificação da procura, e conseqüentemente da oferta, obrigando “inversões líquidas”.

O aumento da produtividade e o processo de acumulação de capital, são os fatores que caracteriza o resultado do desenvolvimento, se dividindo em duas etapas: quando a produtividade é mínima, as necessidades da população acabam por abarcar boa parte da capacidade produtiva. Em economias atrasadas, com o nível de produtividade baixo, o excedente disponível para satisfação das diferentes formas de consumo é quase nulo; dificultando um processo de acumulação de origem endógena. Em virtude da distribuição desigual de renda, mesmo com baixos níveis de produtividades, há demanda por bens que ultrapassam a condição de subsistência, da minoria privilegiada que absorve a capacidade não utilizada para atender demanda interna.

Celso Furtado afirma que se não fosse a desigualdade da distribuição de renda, não haveria excedente disponível para investimentos ou consumo conspícuo. Entretanto, condiz relatar, que a rápida diversificação da demanda (advinda da elevação salarial), a concentração de renda em comunidades atrasadas ou subdesenvolvidas, não conduz a processos cumulativos de crescimento, mas sim situação de desigualdade nos padrões de consumo na sociedade (Furtado, 1961, p.87).

As dificuldades do desenvolvimento se encontram, portanto, nos níveis mais baixos de produtividade. Iniciando o processo de crescimento, a dinâmica própria deste faz com que parte do aumento da renda se reserve para capitalização. (Furtado, 1961, p.88)

Portanto, em uma comunidade primitiva, Furtado explica que tende a estagnação, pois via dos meios existentes, dificilmente conseguira dar início a um processo de desenvolvimento. A alternativa para superação, historicamente se originou via investimentos estrangeiros. Conforme relatado, o desenvolvimento por via das inovações tecnológicas, exigem a oferta de fatores em proporções diferentes do usual. Exige maiores doses de capital, e reformulação de processos cada vez mais “capitalísticos”.

O processo de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, foi o que caracterizou a formação de uma periferia. Através da dinamização da procura - a modernização - e as condições impostas pela falta de mobilidade social, provocado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. A caracterização do subdesenvolvimento está justamente na manifestação da disparidade entre os mecanismos da demanda e o atraso na acumulação de capital. O que por sua vez, está originado na inserção no sistema de divisão do trabalho, e na intromissão dos padrões de consumo do centro. (Furtado, 1980, p.89 apud Barbosa, 2009, p.90)

A teoria do subdesenvolvimento se preocupa com as situações em que o aumento de produtividade e a integração de novas técnicas, não conduzem a economia à homogeneização social. A difusão do progresso técnico nos países desenvolvidos, se realizada de maneira eficiente, obter-se-ia resultados eficientes e adequados ao seu contexto social.

3.2 SUBDESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Celso Furtado, em suas obras *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1983), cita exemplos históricos, como o caso da Revolução Industrial e o desenvolvimento inglês. Em síntese, os exemplos em questão, foram processados em duas fases, inicialmente pela elasticidade da oferta de mão de obra e a segunda marcada pela escassez da mesma. A primeira etapa, se caracterizou pela desconjuntura do sistema artesanal de produção, pois o excedente populacional estabelecia baixo poder de negociação dos trabalhadores - então condicionados a salários de subsistência.

Durante o processo, o crescimento da acumulação de capital ultrapassou o ritmo de crescimento populacional, o que gerou crescente escassez de mão de obra. O dinamismo da segunda etapa, teve por particularidade as técnicas intensivas em capital, poupadora de trabalho, elevando o nível da elasticidade da oferta de mão de obra, o que possibilitou a conciliação de

elevadas taxas de acumulação com a escassez do fator trabalho. Dessa forma, a partir do final do século XIX, com os aumentos constantes de produtividades, possibilitou inovações tecnológicas. E a economia capitalista industrial pode admitir elevadas taxas de acumulação com elevação salarial. Resultando em uma conjuntura que apresentava crescimento econômico e uma melhor distribuição de renda, logo, havia desenvolvimento como homogeneização social.

Segundo o autor, a diferenciação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento está na forma em que o excedente econômico é apropriado, utilizado e distribuído.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a natureza das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa particularidade (Furtado 1983, p. 142).

Assim, o subdesenvolvimento é fruto da opção da forma de apropriação do excedente econômico, pois confirma a predominância ao consumo e estilo de vida das elites. Em vez do excedente ser aplicado de maneira prioritária, elevando o bem-estar social em forma de consumo adequado ao conjunto social, é utilizado para os bens a serem consumidos pelo pequeno grupo econômico. Para o autor, o excedente produzido está ligado a estratificação social, e as formas de dominação que engendram as desigualdades na utilização e repartição do excedente (Furtado, 2013).

Os diferentes níveis de organização da produção de uma economia, acabam por produzir além da sua demanda essencial. “Alcançada certa dimensão, as coletividades humanas produzem mais do que estritamente necessário para reproduzir-se.” (Furtado, 2013 p.32). A comercialização entre comunidades, intensificou o processo de especialização, abrindo possibilidades à divisão social do trabalho. No entanto, o sistema de dominação social limita-se a satisfação de necessidades básicas, considerado como não satisfeitas, sendo através da estratificação social que emerge o excedente para novos caminhos. Dessa forma, os recursos que conduzem ao desenvolvimento econômico, são os mesmos que possibilitam a mobilização da sociedade e que definem as desigualdades sociais.

Para Furtado, a explicação dessa inversão de propósitos, está na modernização. Essa inversão se tornou um processo de adoção de padrões de consumo sofisticado, sem correspondências a acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Em uma etapa

seguinte, a evolução da demanda (modernização) leva a um crescimento além do proporcional dos produtos advindos via importação. As perturbações do balanço de pagamento, decorre do processo de modernização que sofre com um processo cumulativo provocado pelo multiplicador interno de emprego. As tensões orientam as transformações estruturais, no sentido da estabilidade ou na redução do coeficiente de importações. Redução essa obtida apenas com a diversificação do sistema produtivo, através da industrialização.

Todavia, a industrialização induzida tende a estagnação, pois não alcança meios de articulação necessários, dentro do sistema industrial, que permita um crescimento sustentado. Na periferia, a taxa de crescimento do salário real da economia é inferior, portanto, a acumulação-difusão é menor, resultando em baixa possibilidade de expansão. Isto posto, o processo apresentado mostra a importância que a crise do sistema de divisão internacional do trabalho, durante o período de 1915 a 1945, teve para a industrialização da periferia.

As manifestações durante esse período histórico, resultou: na redução da demanda de produtos primários; aumento do protecionismo; problemas ao sistema monetário internacional; e o crescimento do bilateralismo; causaram redução da capacidade de importação, e na rentabilidade do setor exportador. A resposta como forma de solução aos obstáculos do período, ficou em torno do fomento industrialização, derivado da demanda por produtos de manufaturas importadas, via substituição de importações.

A característica básica dessa condição reside na dependência cultural, onde grupos apropriadores do excedente, se direcionam para emulação de padrões de consumo extrínseco a realidade social. A obra *O Mito do Desenvolvimento* (1974), revela um certo pessimismo do autor em relação à superação da condição de subdesenvolvimento periférico, principalmente pelos desdobramentos que marcaram a economia brasileira naquele período. Furtado argumenta que a força aceleradora da industrialização das economias periféricas se deu pela direção das grandes empresas das economias centrais. Nesse sentido a estabilidade e expansão dependiam - fundamentalmente - das transações internacionais, controladas por estas empresas. As relações dos Estados com estas empresas, traduziam-se em um relacionamento de poder, o que provocava a tendência de aumento do fosso existente entre o centro e a periferia.

A crescente hegemonia corporativa na orientação do processo de acumulação resulta ao centro uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo, e na periferia, no distanciamento entre as formas de vida de uma minoria privilegiada e a massa da população. A ampliação interna dessa disparidade está na maneira de utilização do progresso técnico e a

forma na qual o excedente é apropriado, e que em última instância, é o que separa o desenvolvimento da manutenção do subdesenvolvimento.

A explicação para este fenômeno está no conceito de modernização, ou seja, em um “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (Furtado, 1974, p.81).

Dessa forma, a condição de subdesenvolvimento seria resultado de escolhas políticas e sociais, pois é na medida em que a opção de apropriação do excedente econômico é prioritariamente para a sustentação do estilo de vida e consumo da minoria, em vez da priorização das formas de consumo adequadas a sociedade como um todo, de forma a elevar o bem-estar social. A predisposição reverbera uma dependência cultural, em que grupos se apropriam do excedente econômico, e se direcionam para imitação de padrões técnicos e de consumo, externos a realidade social da periferia.

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação de consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. [...] O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação. (Furtado, 1974, p.82)

Para o autor essa é caracterização da armadilha histórica da condição de subdesenvolvimento. Os países subdesenvolvidos se configuram pela ocorrência do processo de modernização, são dependentes da matriz institucional pré-existente. O processo de industrialização - que ocorreu nos países centrais - gerou escassez de mão de obra e elevação salarial, mas não foi reproduzido dessa maneira na periferia. Isso porque, na visão de Furtado, o progresso técnico ocorreu pela penetração de novos produtos, ou seja, via modernização, sendo incapaz de produzir homogeneização social.

As economias em condições de subdesenvolvimento, mesmo com o avançado processo de industrialização, vivenciaram apenas a modernização, e não o desenvolvimento. A formação de uma classe dirigente, com padrões de consumo semelhantes aos países com alta acumulação, pertencente a uma cultura movida pelo progresso técnico, se tornou em elemento básico na

evolução dos países periféricos (Furtado, 1975, p. 80). O “desenvolvimento [...] passou a confundir-se com a importação de certos padrões culturais, ou seja, com a modernização dos estilos de vida” (1983, p.181). O uso das origens históricas para compreensão da estrutura do subdesenvolvimento, frisa de forma simultânea, o processo da produção e de circulação. Visto que ambos constroem a dependência cultural no princípio do processo de reprodução das estruturas sociais. A necessidade de emular novos padrões de consumo, a partir dos avanços técnicos criados da acumulação de capital e da diversificação do consumo, realizado nos centros, forçam a produção interna dos países a maximizarem o excedente.

A dependência das economias periféricas, com a América Latina como centro de estudo, possui raízes históricas profundas, fundadas nas relações econômicas da região com o sistema mundial, se modificando com o passar dos séculos. Contudo, o processo de colonização cultural se estabeleceu originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, empenhados em manterem seu padrão de consumo atualizado. Dessa forma, os proveitos da modernização, veem à tona quando os países em processo de desenvolvimento chegam à fase da industrialização, isto é, quando se obrigam a produzir para o seu próprio mercado (anteriormente fruto de importações).

As relações assimétricas entre os países centrais e periféricos mascaravam um aspecto fundamental: países periféricos ao se especializarem nas atividades com baixa intensidade tecnológica, foram transformados em importadores de bens de consumo, oriundo dos países cênicos. Furtado (1983, p.183) complementa: “o controle do progresso tecnológico e possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam dependentes”.

Segundo o economista, a dependência possui características específicas das transformações das economias periféricas (vantagens comparativas, substituição de importações e condicionamento ao comportamento dos grupos de alta renda). Furtado esclarece que os três tipos têm em comum o fato de se constituírem processos adaptativos diante da evolução estrutural dos centros dominantes, revelando uma evolução do próprio processo de dependência. Acrescenta que a devida estrutura do sistema global, em que o controle de novas técnicas está nas mãos de grandes empresas e grupos sediados nos países centrais, e que, portanto, as relações de dependência tendem a se estreitar.

Se tem claro que o processo de dependência é reforçado via introdução de novos produtos, com uso de técnicas sofisticadas e dotações crescentes de capital. Torna-se evidente

que o avanço do processo industrial depende da elevação da taxa de exploração, ou seja, de uma crescente concentração de renda. Conforme avança o processo maiores são as possibilidades de grandes empresas estrangeira substituírem empresas locais, que estiveram presentes na iniciação da industrialização. Historicamente, Furtado descreve que as indústrias pioneiras estabelecidas nas economias periféricas, estavam em disputa com a indústria artesanal, onde havia produção de baixa complexidade voltada a massa populacional. Entretanto, se torna adverso, quando passam a produzir bens voltados ao consumo do grupo social que almeja “modernização”.

O controle dos grupos estrangeiros do sistema produtivo periférico, não é condição obrigatória para a evolução da dependência, uma vez que há possibilidade da burguesia local com relevância ou o Estado e sua burocracia participem da dominação do controle do sistema produtivo. O controle local no nível da produção não significaria necessariamente menos dependência, se o sistema continua a perpetuar cumulativamente os padrões de consumo criados no centro.

Em sua obra de 1974, Celso Furtado afirma que “o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência”. (Furtado, 1974, p.94). A dominação cultural das economias periféricas, estão na tentativa de transmitir para suas relações, os valores centrais, buscando aceitação. Para o autor, a burguesia que surge com a divisão internacional do trabalho, possui a tendência a se identificar de forma cultural e ideológica com o centro do sistema, usando seu excedente como instrumento de aculturação.

Furtado busca estudar os impactos da concentração de renda e o desenvolvimento das economias periféricas (1961), enfatizando a adoção de uma estrutura produtiva externa, que incorpora também os padrões de consumo. Consolida-se então uma sociedade atrasada em tecnologia, e no agravamento da desigualdade, onde diferentes aspectos do processo de acumulação determinam um padrão de renda altamente concentrado.

O fenômeno então descrito, é chamado por efeito-demonstração, uma das características principais das economias subdesenvolvidas, em conformidade com o avanço e consolidação dos padrões de consumo, incompatíveis com as combinações de fatores e renda dos países periféricos (Furtado, 1983). Essa lógica está ligada ao conceito de modernização apresentado, em que se entende a diversificação estrutural da demanda sem uma contraposição na estrutura produtiva (Furtado, 1974). À medida que a importação é realizada para atender o consumo

conspícuo da elite, implica diretamente na absorção de valores e preferências dos países até então desenvolvidos, particularidade cultural do dualismo periférico.

3.4 O EXCEDENTE DE CAPITAL

Em seus diversos níveis de divisão do trabalho - seja da mais moderna a mais rudimentar - existe a possibilidade da criação de excedente. A capacidade de apropriação se tornou a base do processo de desenvolvimento (Furtado, 1983) pois é crucial a não retenção o produto pelo grupo, mas sim a capacidade de transformação do excedente em capacidade produtiva. O enfoque furtadiano está na análise histórica, nos fatores que permitem a uma sociedade dispor de seu excedente e, também, nos que induz a transformação em ferramenta de aumento da produtividade.

Furtado (1967), apresenta duas maneiras de apropriação do excedente: autoritária e mercantil. A forma autoritária, está relacionada a extração do excedente mediante a coação, em sua forma mais extrema, a escravidão. Nela, há apropriação compulsória, total ou parcial, por um grupo, do excedente de produção criado por um primeiro grupo (escravizados). Os recursos apropriados pelo sistema escravista, instituiu o ponto de início do processo de acumulação, permitindo o aumento e por consequência, a diversificação do consumo. Esta, a base das atividades comerciais que abre portas ao processo de crescimento da produtividade. “Parece ter sido essa a forma mais pratica de obrigar um grupo social a reduzir o seu consumo abaixo do nível de sua produção.” (Furtado, 1961, p.118). Tal forma de apropriação não possuem efeitos diretos sobre a produtividade, e estará presente sempre que existir assimetrias nas relações entre os indivíduos de uma sociedade (Furtado, 1980, p.72).

Divergente da primeira, a segunda forma [mercantil] está ligada a maneira de se elevar a produtividade. O intercâmbio, de forma independente não gera aumento. Entretanto, abre espaço para a especialização e aproveitamento de vantagens comparativas, de outro modo, busca-se apropriar o resultado do aumento da produtividade através de um proveito racional dos recursos. Possibilita aos grupos sociais especializados na intermediação, que se apropriem de parte significativa do excedente. A presença de intermediadores significa de força durante o intercâmbio, pois uma vez criada a situação estrutural de interdependência, os intermediários podem impor condições. O excedente que está em condições de ser extraído tende a ser maior

quanto menor for a margem de manobra deixada aqueles que participam do intercâmbio. (FURTADO, 1976 apud Barbosa,2009)

A integração de ambos os sistemas é correspondente a formação do Estado-Nação, de forma que o a revolução burguesa produz a hegemonia da forma mercantil de apropriação e desmonta o sistema tradicional autoritário. A partir desta análise, o uso do termo “capitalista”, pertence ao contexto de apropriação do excedente, baseado no controle de bens de capital (Furtado, 1976 - apud Barbosa, 2009). Desse modo, o controle dos bens de capital substitui o controle das atividades produtivas e passa a substituir a propriedade da terra como elemento estrutural de poder, e a revolução burguesa europeia é a generalização dessa forma de apropriação:

Em síntese: o modo capitalista de produção – ou seja, a forma mercantil de apropriação do excedente aplicada ao controle direto das atividades produtivas – resultou ser um sistema de poder muito mais eficaz do que as formas autoritárias de apropriação do excedente que até então haviam prevalecido em todas as formações sociais. Demais, o modo capitalista de produção revelou ser a porta aberta ao aprofundamento da divisão social do trabalho e, por conseguinte, ao avanço da técnica. Daí que consolidado o novo sistema de dominação social, o processo de acumulação se haja intensificado consideravelmente, dando início ao período de extraordinário desenvolvimento das forças produtivas conhecido como Revolução Industrial. (FURTADO, 1976, p.43 apud Barbosa,2009)

A Revolução Industrial - na evolução das sociedades capitalistas - para Furtado, se tornou o ponto inicial para um complexo sistema de divisão internacional do trabalho. A apropriação do excedente via transações mercantis se tornou constante, contudo, os reflexos nos sistemas de dominação são históricos:

Os reflexos dessa forma de apropriação do excedente no sistema de dominação social produzem-se historicamente, em função da relação de forças vis-à-vis de outras formas de apropriação do excedente e do grau de integração dos grupos sociais afetados, que o sistema capitalista se haja estruturado na polaridade centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência é essencialmente um fato histórico, que ninguém acorreria considerar como uma “necessidade”, consequência inelutável da expansão do modo capitalista de produção. Mas esse fato histórico iria condicionar a evolução subsequente das estruturas do sistema. Graças a ele a acumulação no centro seria ainda mais rápida, aprofundando-se o hiato que o distingue da periferia. (FURTADO, 1980, p. 82) // Daniel Barbosa

Sendo assim, nas sociedades primitivas, a criação de um excedente de produção era resultado de eventos descontínuos e exógenos, como condições naturais. O incremento desses fenômenos, resultado em aumento da produção, era distribuído uniformemente entre os

indivíduos do grupo. Momentaneamente, teria melhorias na condição de vida, mas não teria efeito sobre a capacidade produtiva, mitigado esse efeito. Em todas as sociedades se formaram grupos minoritários que se apropriaram do excedente de produção, de forma permanente ou ocasional (Furtado, 1983).

No processo de acumulação, a possibilidade de fomentar a produtividade (impulsionado pelo excedente) e a apropriação por um grupo minoritário, segundo Furtado, nas formas históricas do desenvolvimento, possibilita o crescimento ao longo tempo. Dessa maneira, é evitado que o consumo seja absorvido pelo conjunto da população, pois apenas elevaria o nível de consumo, colocando a economia em posição estacionária. Em uma sociedade, com certo grau de complexidade produtiva, tem por estrutura um processo automático de acumulação, resultado do desenvolvimento. Isto posto, para que ocorra regularidade no processo produtivo, não apenas o lado da oferta deve ser estruturado, mas também da procura. Pois, a partir do arranjo da demanda, define-se a distribuição de renda, ou seja, a forma de apropriação do produto pela sociedade.

Em síntese, Furtado apresenta de maneira analítica o desenvolvimento a partir da acumulação, assumindo duas formas: via incorporação de inovações, e a acumulação-difusão de inovações. Para o autor, o processo de acumulação é resultado da ação de forças que comandam o sistema econômico conforme os objetivos da vida social. As influências divergem entre as sociedades, moldadas pelo grau de desenvolvimento socioeconômico, regime político e valores da sociedade, estabelecida com bases nas suas relações de dependência e dominação externa.

3.5 PROCESSO DE INOVAÇÃO E PROGRESSO TÉCNICO

Na sociedade capitalista, dentre os fatores condicionantes do processo econômico, considera-se relevante o comportamento dos agentes econômicos. Orientados pela defesa do nível de renda, buscam formas de conservar ou evoluir sua participação na renda social. Para Furtado, o comportamento dos assalariados se baseia na defesa do nível absoluto e relativo da taxa de salário. No caso da classe empresarial, a organização se baseia na obtenção de taxa de remuneração para novos capitais disponíveis.

O conceito de maximização de lucros, de maneira simples, é a busca para aplicar o capital de forma a maximizar sua remuneração e evitar que ocorram declínios na taxa de

remuneração. Sendo assim, há duas formas de capitalização pelo lado da oferta: acumulação-difusão de inovações e a acumulação-invenção. O foco da primeira forma de capitalização é a acumulação mediante a utilização de técnicas conhecidas, logo, resultando em desenvolvimento. Dessa forma, se projeta na procura relativa de mão de obra intensa, pois a taxa de salário tende a crescer conforme aumenta a produtividade.

A acumulação-invenção está ligado ao fato que o processo de acumulação não se baliza à reprodução do capital existente; envolve a incorporação de inovações e mudanças tecnológicas. Isto é, a acumulação não se refere apenas a expansão quantitativas dos meios de produção, mas a introdução de novas ideias, tecnologias e processo inativos. Para o autor, apenas reprodução de técnicas já existentes não são suficientes para a promoção do desenvolvimento, pois exige impulsionar a produtividade, criando um ambiente conveniente ao crescimento econômico.

Deve-se considerar que na sociedade capitalista, os perfis da demanda global de bens estão em constante modificação, reforçado a tendência dos empresários em priorizar a acumulação via difusão de técnicas conhecidas. Em defesa da taxa de remuneração de capital, se a taxa de salário alcançar linha crítica, os empresários se empenharão em estabelecer processos poupadores de trabalho.

Em suma, o processo de desenvolvimento ocorre pelo padrão de comportamentos daqueles que possuem influência para alterar a conduta e as relações estruturais dos demais agentes. Furtado (1983) defende que uma economia em crescimento se define pela expansão da “produtividade do conjunto da força de trabalho”, sendo natural a pressão para aumento da taxa de salário de forma constante. Essa pressão estabelece a causa do desenvolvimento ou, como o autor define, o “motor de desenvolvimento”, responsável pela modificação do perfil de demanda, permitindo que a acumulação se estabeleça dentro das possibilidades de técnicas aceitas.

Contudo, a elevação da taxa de salários, como consequência à produtividade do trabalho, instiga a introdução de inovações poupadoras de mão de obra. Logo, o empenho da classe empresarial capitalista, se volta à preservação da sua participação na renda, considerado por Furtado como o fator secundário do processo de desenvolvimento. O poder que a classe empresarial possui está em possibilitar a introdução de inovações e orientar o progresso técnico. Assim, induz à intensificação de capital, a fim de reduzir a procura de mão de obra.

No caso dos assalariados, o poder está em modificar a distribuição de renda em seu próprio benefício. Pois, na organização da sociedade capitalista, a acumulação de capital tende a ocorrer pelo crescimento da oferta de mão de obra, tendendo a escassez da mesma. Se exercido tal poder, abre-se caminho para investimentos baseadas, novamente na difusão de técnicas conhecidas. Sendo assim, as duas forças sociais apresentadas por Celso Furtado, são representativas nas diversas formas de poder que formam a base das decisões de um sistema econômico.

“Em torno dessa senda ideal, cada sociedade edificaria a sua história de seu próprio desenvolvimento” (Furtado, 1983, p.113). A análise do desenvolvimento a partir do processo histórico é o ponto de partida para as diversas formas da acumulação de capital, condição necessária ao progresso. A forma de apropriação do excedente está constituída na base da organização social e da estrutura de poder de uma economia. Assim, são os fatores que concedem ao corpo social dispor de um excedente, e os que agem na transformação da acumulação em aumento da produção que devem ser evidenciados na análise histórica (Furtado, 1983). Dessa forma, para a interpretação estruturalista, o desenvolvimento interno está fundamentado na necessidade de reversão da heterogeneidade social produtiva, e dependência cultural das economias periféricas, com solidificação da identidade interna.

Em consonância com a teoria institucional vebleniana, o trabalho busca identificar elementos institucionais que são determinantes para a perpetuação do processo de dependência cultural. Utilizando os conceitos principais, como hábitos e instituições, para legitimar valores socioculturais. Busca-se traçar os pontos de convergência entre as teorias que contribuem para o processo de assimilação da acumulação de capital nas economias periféricas.

4 INSTITUCIONALISMO: TEORIA VEBLENIANA, HÁBITOS, INSTITUIÇÕES E EMULAÇÃO

Neste capítulo buscamos entender alguns conceitos institucionalistas úteis ao entendimento da condição de subdesenvolvimento das economias periféricas. Além de ideias similares às ideias expostas de Celso Furtado que auxiliam na compreensão da condição de subdesenvolvimento econômico.

4.1 ECONOMIA INSTITUCIONAL

Na economia tradicional, o institucionalismo é enquadrado como heterodoxo, ou seja, se contrapõe à teoria neoclássica. A discordância está na questão da construção de princípios econômicos a partir da maximização e do equilíbrio de mercado. Segundo Colander, Holt e Rosser (2004 apud Borges, 2021), “o termo ‘heterodoxo’ (...) é geralmente definido em referência a ortodoxo, o que significa ser ‘contra ortodoxo’”. Como expressa Rambo (2021, p. 14)

O núcleo de ideias do institucionalismo refere-se às instituições, hábitos, regras e sua evolução. Porém, o institucionalismo não objetiva construir um modelo geral simplificado com base em suas ideias. Pelo contrário, tais ideias favorecem um forte ímpeto em direção a abordagens de análise específicas e historicamente localizadas. (tradução própria)

No arcabouço econômico, as instituições aparecem como um elemento ligado ao crescimento e desenvolvimento econômico, de maneira consensual em quase todas as escolas de pensamento, tratando-as conforme a teoria a encara. Convencionalmente, as instituições devem apresentar pré-condições recomendadas, para garantir uma trajetória de crescimento regular, assumindo um caráter sancionador de eficiência econômica.

Na corrente do institucionalismo clássico, a relação entre o processo de crescimento econômico e instituições não é homogênea. As diferenças culturais das nações podem exigir caminhos de crescimentos diferentes e incomparáveis, pois não há um manual de orientações para as condições ideais de crescimento econômico (Conceição, 2002). É importante

reconhecer o papel das instituições, pois possibilita explicar mecanismos de interação e como indivíduos buscam promover as mudanças institucionais em análise.

A escola institucionalista possui diversas abordagens e divisões, portanto há heterogeneidade de entendimentos e visões. Thorstein Veblen foi o expoente fundador da Economia Institucional, e no estudo do papel das instituições, fundamentando os trabalhos futuros da corrente institucionalista. A proposta do autor para superar o individualismo metodológico neoclássico parte do entendimento dos fatores que moldam os padrões de comportamento humano. Logo, propõe-se o estudo dos conceitos de hábitos, instintos e instituições. Dessa forma, os indivíduos não são apenas agentes econômicos com racionalidade perfeita e preferências estáveis.

Em *A Teoria da Classe Ociosa* (1899), Veblen apresenta que o papel dos indivíduos na formação do ambiente institucional tem um duplo caráter. Eles sofrem influência da cultura e das normas e rotinas estabelecidas socialmente; ao mesmo tempo, também influenciam as instituições por hábitos e padrões de comportamento. Para Vilaça Júnior e Conceição (2021), “há uma relação biunívoca entre os indivíduos e instituições, em um processo de “causalidade cumulativa”. Posteriormente, Veblen (1912, apud Zulian, 2022) caracteriza as instituições como os hábitos de pensamento compartilhados na sociedade, ligados de forma evolutiva ao contexto histórico e sociocultural. Dessa forma, as instituições intervêm no comportamental de maneira evolucionária.

A partir disso, o estudo do desenvolvimento de uma sociedade abrange não só os indivíduos, mas também a evolução institucional. Veblen baseia seus estudos em fenômenos imateriais como instintos e hábitos. Compreende-se que os indivíduos vivem em sociedade e interagem entre si e com o ambiente a partir de uma concepção evolucionária (Zulian, 2022).

O autor trouxe à tona discussões sobre a origem e a mudança das instituições, e sobre o papel dos indivíduos no contexto social e econômico. Deixou-se de ver o indivíduo como fator exógeno, conforme visto na teoria tradicional. Há uma nova visão sobre a relação indivíduo-estrutura e como se manifesta. Assim como as estruturas não se explicam de forma individual, os indivíduos não podem ser explicados totalmente em termos de estrutura (Hodgson, 2007 apud Vilaça Junior; Conceição, 2021 p, 941).

4.2 INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES

Os indivíduos se formam através de pensamentos e ações, de hábitos e instintos. Ações envolvem em alguma medida análise e reflexão para sua execução, exigem a inteligência humana. Entretanto, o ser humano não é perfeitamente racional. Seus instintos podem levar a pensamentos e ações habituais, por exemplo, que servem de base para suas decisões. Segundo Veblen, os instintos não equivalem à conduta, mas interferem e estão sujeitos a formas diferentes, possuem aspecto racional e social decorrente dos hábitos. “[...] os hábitos interferem na forma como os instintos são manifestados, trazendo aspecto racional e social da conduta humana, uma vez que hábitos são constituídos socialmente.” (Zulian, 2022, p. 24). Os instintos são características básicas da psicologia humana que definem os objetivos das suas ações e devido a sua recorrência, surgem os hábitos, precedente à instituição (Barbosa, 2009). Trata-se de um processo cíclico e evolutivo sujeito à cumulatividade, simultâneo a mudanças conforme o contexto de uma sociedade. Os hábitos juntamente com os instintos são elementos essenciais para a compreensão do indivíduo racional.

A busca do indivíduo para realização de objetivos estabelecidos pelos instintos, estabelece padrões de comportamento que se justificam. Em outras palavras, as regularidades formam padrões de comportamento sistemáticos, estabelecendo um processo de retroalimentação de ação e reação. A cumulatividade se alimenta das mutações do processo evolucionário, e possibilita a consolidação ou o desmonte do processo de formação institucional.

Está implícito que o desenvolvimento econômico, tecnológico e social exige novos caminhos, que provoquem a criação de novas instituições que substituam as anteriores. Os paradigmas, por sua vez, se tornam hábitos e convenções socialmente legitimados, como padrão de comportamento social. Dessa forma, esse processo de mudança evidencia que a interação dos indivíduos para com a instituição pode conduzir ao desenvolvimento da sociedade. Compreende-se que esse mecanismo está presente no subdesenvolvimento como definido pelo estruturalismo cepalino e furtadiano.

Com base na definição de Hodgson (2007), Vilaça e Conceição (2021, p. 939) afirmam que “hábito é a propensão não deliberada e autorrealizada de engajamento em um padrão de comportamento previamente adotado”. Trata-se de um padrão que está estabelecido e se autossustenta através de situações repetitivas (cumulativas). Para os autores “os hábitos

vinculam o conhecimento às crenças, contribuindo para sua consolidação e legitimação social, condicionando a forma pela qual os agentes realizam suas escolhas individuais” (idem, p. 939-40). Assim, na economia institucional a escolha do indivíduo deve ser justificada através de seus hábitos, pois estão conectados aos indivíduos e as instituições.

Na definição de Veblen (1899), instituições são hábitos de pensamentos disseminados e arraigados na estrutura mental de uma sociedade, que determina o comportamento repetitivo e os esquemas de vida dos indivíduos. Ou seja, a instituição é uma forma de balizar a ação dos indivíduos em meio ao coletivo, pois são fruto das ações individuais, das interações entre agentes, de maneira rotineira e compartilhada que reforçam a ação individual, formando padrões duráveis. Ademais, de acordo com Hodgson (2005, 2017 apud Salles e Sausen 2020, p. 25), “as instituições são sistemas de regras estabelecidas e prevaletentes que estruturam o comportamento humano e suas interações sociais”.

Logo, são sistemas de determinações sociais formadas por intermédio de hábitos enraizados de pensamento de uma sociedade como: normas de conduta, convenções sociais, normas legais e formais. Ademais, na concepção de Hodgson, deve-se considerar que as regras são molduras da interação humana. Assim as instituições se tornam uma estrutura social que envolve regras codificáveis de interpretação da realidade e de comportamento humano, e a evolução desta estrutura social decorre do processo de “seleção natural das instituições” (Hodgson 2005, apud Salles e Sausen, 2020, p. 25).

Nessa perspectiva, os hábitos se tornam elementos centrais da estrutura cognitiva dos indivíduos, fundamentais para a formação e manutenção das instituições. As instituições mudam de forma cumulativa e sequencial ao longo do tempo, pois proporcionam mudanças na dinâmica da atividade econômica, de maneira evolutiva. Assim, elas permanecessem no decorrer do tempo, enquanto outras desaparecem dada a dinâmica social em que estão inseridas. Na visão de Veblen, essas mudanças afirmam a seleção natural das instituições, em decorrência da vida em sociedade.

Dessa forma, percebe-se que os acontecimentos macroeconômicos estão diretamente conectados às inovações no plano micro (Agne; Conceição, 2018 apud Vilaça e Conceição, 2021). As interações entre indivíduos e estrutura, mudanças estruturais e institucionais, governança, e o desempenho das inovações, influenciaram na noção de desenvolvimento econômico. O estudo do desenvolvimento de uma sociedade envolve os indivíduos e a evolução institucional. Assim, as instituições são resultadas de hábitos, crenças e padrões de

comportamento individuais, pois em paralelo elas repercutem as convecções sociais, sejam elas de maneira positiva ou negativa.

Em acordo com Geoffrey Hodgson, as instituições evoluem por processos circulares de causação ascendente (dos indivíduos para as instituições) e de efeitos reconstitutivos descendentes (das instituições para os indivíduos) ¹. É através da sequência contínua e cumulativa que as instituições evoluem. A evolução germina um processo histórico de transformação nas esferas sociais, atreladas pela atuação humana. Trata-se de um processo infinito de desenvolvimento, pois os indivíduos e as instituições estão em um ambiente em evolução constante (Salles e Sausen, 2020). O sistema econômico capitalista é constituído por diversas instituições - formais e informais. Entende-se por instituições formais as que se orientam a partir de leis e constituições, e as informais são orientadas por regras não explícitas como: normas de comportamento, convenções sociais, cultura, etc. Ambas se complementam, pois é necessário a revalidação comportamental dos indivíduos, assim, enraizada nos hábitos de pensamento. Se faz necessário a existência efetiva de um sistema de regras sociais que possibilitem um grau de organização social para uma economia trilhar um caminho de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, as instituições fornecem regularidade e coordenação à ação dos diferentes indivíduos e contextos que compõem uma sociedade.

Imagina-se que a ação individual está na base social, pois depende do indivíduo, e se materializa para o coletivo, onde estão as instituições, ao mesmo tempo que a ação coletiva realiza o caminho contrário, consolidando os hábitos individuais através das instituições. O hábito, por sua vez, é elo entre o indivíduo e a estrutura, afetados de maneira simultânea. Segundo os autores, Vilaça Júnior e Conceição (2021), a confirmação dos hábitos está na maneira em que se consolida a estrutura institucional. Tal estrutura afeta a formação de preferências individuais, o que fornece legitimidade à estrutura institucional em vigor (*reinforcement*).

O conceito de *reconstitutive downward causation/effects* foi elaborado por Hodgson para explicar a evolução institucional. As instituições moldam o comportamento dos indivíduos, e de maneira reconstitutiva são influenciadas por eles. O uso do termo *reconstitutive*

¹ Em seu website pessoal, Hodgson informa que entre os anos de 2007 a 2010, revisou sua opinião sobre o termo *reconstitutive downward causation* substituindo-o por *reconstitutive downward effects*. Considerando mais apropriado o uso de *effects*, expressando melhor o fato de que os efeitos da causalidade reconstitutiva descendente surgem quando um sistema que contém elementos de nível superior cria ou reitera condições que podem estar relacionadas a alterações no caráter dos elementos de nível inferior

confirma que ambos sofrem com a transformação um do outro. O circuito estabelecido parte da canalização e restrição do comportamento imposto pelas instituições, de tal maneira que os indivíduos fornecem novos hábitos e comportamentos, fazendo surgir novas preferências. Uma vez alterada a conduta social, as instituições são afetadas e reconstituídas de forma contínua. Em síntese, o conceito elaborado explica a forma em que as instituições afetam a conduta dos indivíduos e como as instituições são reconstituídas pelas instituições.

Dessa forma, a trajetória histórica assume uma característica *path-dependent*, tornando-se um condicionante duplamente relevante pois fornece estruturas ao comportamento individual, moldando as mentalidades e preferências individuais. O processo requer a mudança de mentalidade individual, organizacional e das estruturas sociais e não se deve assumir que acontece abruptamente.

Na corrente institucionalista, a metodologia com foco na cumulatividade, *lock-in e self-reinforcement* das relações sociais, busca restaurar a noção de hábito como elemento central para explicação das ações individuais, traz corpo analítico e novos elementos que auxiliam na compreensão da dinâmica agência-estrutura. Não se deve descartar o surgimento de mudanças e alterações através dos próprios agentes e da instituição em evolução, pois é através dos hábitos individuais que as instituições são legitimadas. Eles fornecem estabilidade à estrutura cognitiva que reforça a interpretação de informações, de forma cumulativa, visto que hábitos e repetições (rotinas) estão conectados às instituições.

Há um aspecto cumulativo e social no hábito, oriundo da aprendizagem social. Os hábitos de pensamento, em interação com os hábitos de vida, interferem na maneira como os indivíduos se comportam. Logo, na conduta do indivíduo é mais cômodo seguir o que já está estabelecido socialmente, interagindo com o sistema institucional atual, constituído por hábitos de pensamento socialmente construídos e perpetuados. Na visão de Veblen, as instituições se configuram como um conjunto de hábitos de pensamento que são compartilhados em uma sociedade, pensamentos socializados, que a partir da repetição, conduzem comportamentos sociais esperados. Logo, são guias comportamentais dos indivíduos, condicionados a interferências (Zulian, 2022).

As instituições, por sua vez, englobam diferentes formas compartilhadas de pensamentos, maneiras de organização e julgamento das questões humanas cotidianas, imersas em grupos políticos, sociais, etc. Representam um conjunto de hábitos de pensamento

enraizados socialmente sustentando todo um tecido institucional (Zulian, 2022). O sistema estabelecido se torna um “fiscal” de comportamento padrão:

“Esse caráter de vigilância tem relação com a observação e acompanhamento, e não implica que as instituições condicionem, limitem ou restrinjam os comportamentos humanos. Ou seja, o autor [Veblen] não relaciona esse sistema de instituições a um perfeito controlador de comportamentos, uma vez que o futuro e as relações sociais são passíveis de incertezas e os indivíduos possuem suas especificidades”. (Zulian, 2022 p.28)

Ainda que a presença de hábitos na conduta dos indivíduos seja “pertencente” a grupos sociais, os hábitos de pensamento originados de outros grupos podem interferir no grupo de indivíduos, no pensamento e agir social, mostrando a força das instituições. Assim, a interação dos agentes meio de instituições impede que se eles sejam considerados de maneira totalmente isolada conforme a abordagem ortodoxa. Segundo Hodgson (2007, apud Vilaça Júnior e Conceição, 2021, p. 941), assim como as estruturas não podem ser adequadamente explicadas em termos individuais, os indivíduos não podem ser totalmente examinados em termos de estruturas, pois trata-se de interação contínua entre indivíduos e instituições, condicionantes a evolução do ambiente institucional.

Dessa forma, deve-se considerar que há chance de ocorrer mudanças advinda dos próprios agentes e da evolução das instituições, visto que os hábitos dos indivíduos se fortalecem e - simultaneamente - são fortalecidos pelas instituições. Esse movimento de fortalecimento fornece estabilidade e forma uma estrutura cognitiva de interpretação das informações de maneira cumulativa. Contudo, mesmo possuindo essa estabilidade, não há imutabilidade das instituições, pois a própria dinâmica entre as esferas micro e macro contribui para que as mudanças institucionais ocorram. Os arranjos institucionais se manifestam no nível sistêmico através dos mecanismos apresentados, reforçados pelos indivíduos através dos feedbacks positivos, influenciadores do nível macroeconômico.

Portanto, para Vilaça Júnior e Conceição (2021), “há sempre a possibilidade de surgirem mudanças oriundas dos próprios agentes e da evolução das instituições”. As mudanças - sejam elas marginam ou disruptivas - seguem a lógica da inovação schumpeteriana, em acordo com a citação de Veblen apresentada pelos autores: quando ocorre um passo à frente no desenvolvimento, esse avanço constitui uma mudança que exige adequação e ajuste a essa nova etapa, sem fim determinado. Embora Veblen seja conhecido por enfatizar as instituições e os

indivíduos, também se destaca por sua preocupação com a tecnologia e sua relevância no processo de alteração institucional.

O autor descreve a relação entre os avanços tecnológicos, os costumes e as instituições, argumentando que são fatores de sustentação e condicionamento da sociedade, ou seja, compõem o conjunto cumulativo de conhecimento. Somado a isso, Veblen (1919b, apud Zulian, 2022, p. 48-49) entende que o “processo de mudança da vida econômica, de causação cumulativa, decorre da análise dos indivíduos e das tecnologias, juntamente com a mudança nos hábitos de pensamento compartilhados socialmente”. O sistema é composto de forma cumulativa em busca da eficiência tecnológica, a depender da relação com os conhecimentos enraizados utilizados para a vida em sociedade. A somatória das interações entre indivíduos (conhecimento humano, elementos físicos e sociais) e a influência do conhecimento adquirido constitui um “sistema de tecnologias” obtido pelos hábitos acumulados socialmente. Está além de uma composição produtiva, é parte do conhecimento social - pertencentes aos agentes sociais - que interagem com os hábitos de pensamento estabelecidos. Dessa forma, para o autor, a inovação e a tecnologia são como fenômeno sociais (Zulian, 2022) e a capacidade de se usar o conhecimento acumulado, de forma que gere transbordamento, está na concepção social dos indivíduos e das tecnologias que dependem do contexto institucional inseridos.

As trajetórias seguidas pelas atividades econômicas são, segundo Veblen (1912), expressões da mente humana, sujeitas aos hábitos e aos conhecimentos acumulados na sociedade. Para o autor, a tecnologia não é tida como uma mera composição produtiva ou fator de produção, mas é parte do conhecimento dos indivíduos, enquanto agentes sociais, que interage com os hábitos de pensamento da sociedade. (Zulian, 2022, p.48).

Tal como nos processos de trabalho e produção, as alterações que provocam a evolução social ocorrem de maneira gradual. O avanço tecnológico é acompanhado por transformações institucionais e individuais, estabelecendo contexto socioculturais. Junto à modificação tecnológica, alteram-se os hábitos de pensamento, que via de regra definem a direção do domínio tecnológico, ou seja, a trajetória do desenvolvimento a ser percorrido.

Nesse mesmo contexto, observa-se conflito de interesse entre as classes. Veblen atesta que a classe ociosa não tem interesse na inovação, e que tende a deixar as coisas como estão, ou seja são resistentes às mudanças pois buscam manter seus privilégios sociais. Apresentado

tal contraponto, era de se esperar que classes inferiores exigissem e se organizassem em prol de seus objetivos. Entretanto, a sujeição às classes superiores é um entrave à criação de uma identidade efetivamente autônoma (Veblen, 1899 apud Vilaça Júnior e Conceição, 2021, p.942). A explicação para tal disposição de fatos se faz com a utilização do conceito de emulação.

4.3 EMULAÇÃO E SEU PAPEL NA INOVAÇÃO

O conceito de emulação apresentado por Veblen (1899) explica o incentivo de diferenciar-se em relação aos que estão no entorno social. Induz à segmentação social de estratos que servem como referencial de uma estrutura sociocultural vigente. “A demonstração de riqueza, ao colocar em evidência o proprietário, constitui o eixo de segmentação da estrutura social” (Vilaça Júnior e Conceição, 2021).

A riqueza é a evidência socialmente aceita e legitimadora do prestígio, e torna-se o instrumento de diferenciação com relação aos demais estratos sociais. Destarte, os que não estão em posições superiores são discriminados e estimulados a persegui-las a fim de se equalizarem. Nesse contexto, se apresenta a comparação odiosa: mensuração e valorização dos indivíduos conforme o conjunto de costumes sociais estabelecidos, de forma que a segmentação social de uma comunidade serve para comparações pejorativas.

Desta forma, a emulação torna-se um fim para a acumulação, não de forma exclusiva, mas atuando em duplo sentido. A classe inferior busca se aproximar continuamente de uma classe superior que, de forma simultânea, quer distanciar-se da que a tenta emular (Veblen, 1899, apud Vilaça Júnior e Conceição, 2021, p.943). Para o autor, a classe em estrato superior é denominada como classe ociosa, que ostenta sua propriedade. Categorizam os produtos desejados como indicação de riqueza e status, fazendo com que sejam almejados para além do seu valor de uso.

A emulação assume um caráter pecuniário, ligado à posse e consumo. Além disso, gera impacto na esfera econômica, pois o consumo conspícuo da classe ociosa se traduz no anseio por diferenciação e instiga a criação ou melhoramento de produtos, influenciando a inovação. O espalhar desse padrão de consumo referencial estimula as classes inferiores, dando

legitimação ao processo de acumulação e aos hábitos de consumo da classe alta, ao mesmo tempo que garante a realização dos novos produtos. Dessa forma, o consumo da classe ociosa é um dos primeiros pontos de convergência à teoria estruturalista latino-americana.

A dinâmica do sistema depende da diferenciação. A difusão inovativa impulsiona o crescimento através do acesso das classes mais pobres, possibilitando a inserção de inovações que contribuem com a diferenciação de produtos para a classe ociosa. Isso ocorre de forma cíclica e cumulativa, expandindo o consumo e a produção. Sendo assim, a classe ociosa possui papel fundamental na estratificação social, pois seu consumo conspícuo cria distinção social. Os padrões se difundem em efeito dominó, de forma que em cada estrato os indivíduos tendem a ser referência para o estrato inferior.

Nesse sentido, a aquisição de produtos via consumo conspícuo provoca a disseminação dos padrões estabelecidos pela classe ociosa. A emulação mostra dupla atribuição: diferenciação e cópia, sendo o elemento dinâmico de retroalimentação e formação de preferências. O consumo conspícuo é o hábito de um grupo e que se torna referência para os demais, estabelecendo um padrão de consumo em uma dinâmica de *reconstitutive downward effects*. Conforme a emulação da classe mais abastada define qual o padrão a seguir, ocorrendo a legitimação social da estrutura institucional vigente.

Segundo Veblen (1899 apud Vilaça Júnior e Conceição, 2021):

Mas tão rapidamente quanto uma pessoa faz novas aquisições e se habitua ao novo padrão de riqueza resultante, o novo padrão deixa de proporcionar uma satisfação consideravelmente maior do que o padrão anterior. A tendência, em qualquer caso, é constantemente fazer do atual padrão pecuniário o ponto de partida para um novo aumento da riqueza; e isto, por sua vez, dá origem a um novo padrão de suficiência e a uma nova classificação pecuniária de si mesmo em comparação com os vizinhos (p.20, tradução própria)

O desenvolvimento na teoria vebleniana é apresentado de forma multidisciplinar, não se condiciona a um único acontecimento econômico, social ou tecnológico. E mais:

[...] o processo de evolução vebleniano nem sempre implica em progresso. Os fenômenos econômicos e sociais devem ser observados e analisados desde os seus surgimentos, perpetuações entre diferentes gerações e mudanças cumulativas no tempo, de modo que as instituições, isto é, os hábitos de pensamento compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade, consistem em importantes aportes analíticos para isso. (Zulian, 2022, p.9)

Diferentes hábitos de pensamento podem estar enraizados na sociedade, formando instituições e tendenciando sua evolução, ou seja, em sua dinâmica positiva ou negativa de desenvolvimento. A visão institucionalista-evolucionária sobre o desenvolvimento, segundo a autora, compreende que os indivíduos, as instituições e suas tecnologias, se interligam por um processo cumulativo e dinâmico na construção de uma trajetória que não necessariamente conduz ao desenvolvimento.

Entender uma sociedade e seu processo de desenvolvimento exige um pensamento amplo sobre seus elementos constituintes. Delineando os conceitos importantes abordados podemos analisar como esses princípios se encaixam a dinâmica econômica dos países subdesenvolvidos. Assim, no próximo tópico busca-se estabelecer uma conexão entre as linhas de abordagem, pontuando as convergências teóricas percebidas.

5 PARALELOS: A VISÃO INSTITUCIONALISTA NA DINÂMICA PERIFÉRICA

Expostas as principais características da teoria institucionalista e cepalina, busca-se neste capítulo realizar um paralelo teórico entre as correntes de pensamento. Destacando os pontos de convergência que auxiliam no entendimento da dinâmica da acumulação de capital das economias subdesenvolvidas já descritas nas sessões iniciais. As teorias possuem ampla base de análise, mas fundadas no processo de transformação das sociedades. Os institucionalistas anseiam por entender o processo de formação da sociedade para além do território, considerando a evolução endógena. Simultaneamente, os cepalinos se preocupam em amparar o processo histórico de transformação das sociedades latino-americanas, visam explorar as dinâmicas estruturais e históricas que moldam o desenvolvimento econômico em contextos específicos.

Como apresentado no capítulo anterior, a heterodoxia faz oposição aos pressupostos da ortodoxia da economia tradicional em suas explicações através de modelos simplificados. Para os institucionalistas originais, o fim do século XIX e a ausência de contrapartida social no crescimento econômico dos Estados Unidos foram motivos suficientes para o questionamento ao *laissez-faire*. Semelhante a isso, para a escola estruturalista, a reprodução do atraso na periferia, a dependência e a improdutividade - impactados pelo contexto internacional do período que se seguiu à crise de 1929 - provocaram na América Latina uma reação depois fundamentada pela CEPAL.

Historicamente, a origem das sociedades da América Latina se deu pela colonização e exploração controlada, desdobrando-se em padrões de comportamento (espontâneos ou premeditados) que marcaram a trajetória de cada economia, como produção orientada para exportação, estratificação e desigualdade social e dependência cultural. Na visão dos institucionalistas, as instituições são os hábitos coletivos partilhados que exercem efeito na construção e transformação social. Paralelamente, na teoria de Celso Furtado e da CEPAL, as estruturas econômicas, culturais e sociais são os elementos de ligação que sustentam a cristalização de região, cujos países possuem pontos de partidas e trajetórias similares (Rambo, 2018). Dessa forma, ambas as teorias apresentam caráter evolucionário, reconhecidos no processo de desenvolvimento econômico como histórico e cumulativo.

Para além da análise ampla realizada pelas escolas de pensamento, conceitualmente um dos primeiros apontamentos de convergência citado trata da relação indivíduo-estrutura, em que ambas rebatem a ideia do *mainstream* de busca e maximização de preferências. Nas duas correntes, os indivíduos são vistos como resultantes do contexto em que estão inseridos, envoltos pelos aspectos institucionais da sociedade, de forma que - simultaneamente - são modificados conforme as ações individuais. Sabemos que esse resultado é dependente da interação contínua entre as instituições e os indivíduos, visto que estão em constante evolução, e se influenciam de forma mútua (Vilaça Júnior e Conceição, 2021).

O entendimento vebleniano sobre o desenvolvimento parte das condições de bem-estar da vida social, não considerando apenas fatores de crescimento como renda e avanço tecnológico (Zulian, 2022). Similar a isso, Celso Furtado acrescenta que o crescimento econômico pertence à discussão sobre o desenvolvimento, abrangendo a complexidade estrutural presentes nas economias estudadas.

Na visão de Furtado, o desenvolvimento pode ser entendido tanto como evolução de uma estrutura social produtiva quanto como a expressão da satisfação das necessidades coletivas. Por sua vez, Veblen parte da estrutura como um sistema de produção capitalista que atende as condições materiais de uma sociedade, enquanto as instituições fornecem elementos imateriais que interagem com a estrutura.

Assim, podemos identificar as instituições vebleniana na teoria furtadiana, ao analisarmos o conjunto enraizado na sociedade. Furtado reforça a importância das variáveis não econômicas ao afirmar que "o desenvolvimento é simultaneamente um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão de valores de uma coletividade" (Furtado, 1983, p.80). Valores, tais como as instituições e hábitos de pensamento, movimentam o comportamento humano por meio de seu enraizamento social.

Junto às contribuições institucionalistas, podemos realizar uma análise que abarca as estruturas e as instituições em suas complexidades ignoradas pela economia tradicional. Os autores defendem que os elementos abstraídos pelo *mainstream* estão conectados à estrutura tecnológica e produtiva de uma economia, exigindo o conhecimento do contexto institucional.

No estudo da economia brasileira, compreende-se que a condição de subdesenvolvimento está conectada à forma que as instituições, indivíduos e tecnologia interagem no avançar da trajetória econômica. Dentre as instituições enraizadas nas economias subdesenvolvidas estão: emulação pecuniária (o consumo conspícuo e a manutenção do status

social), dependência tecnológica e cultura, concentração de poder político e econômico em um pequeno grupo social, e especialização produtiva (que ignora demais setores produtivos). A relação de dependência não se restringiu apenas a emulação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, mas também na forma que as instituições se estabeleceram e como a estrutura produtiva e tecnológica do Brasil se desenvolveu (Zulian, 2022).

De tal forma, é possível identificar a classe ociosa na periferia. Além da elite econômica representada pelos setores de exportação, devemos levar em consideração o papel da elite local, ligada aos privilégios (econômicos, políticos, sociais etc.) patrimonialistas, e ao desenvolvimento das estruturas institucionais e políticas. Na visão do economista brasileiro “o que irradia do centro para a periferia são novos produtos engendrados pela indústria: novos padrões de consumo que se configuram, assim, desde o início, o quadro de dominação cultural e, com esta, a constituição de elites que assimilam novos sistemas de valores”. (Furtado, 2013 p, 100).

As constantes adaptações nos mecanismos e a permanência das estruturas sociais são fenômenos complementares que se reforçam na sociedade periférica. Não se pode ignorar que ambas são afetadas pelo padrão cultural das economias centrais e responsáveis por estabelecerem o padrão de preferências na economia subdesenvolvida. Celso Furtado (1961) apresenta a importância do que pode ser tratado por consumo conspícuo. No seu entendimento, a importação de bens não essenciais se traduz em vazamento de renda, ou seja, diminuindo as reservas disponíveis para acumulação de capital. Furtado afirma que o consumo conspícuo é elemento central do desenvolvimento econômico periférico. (Vilaça Júnior e Conceição, 2021).

[...] O principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de alta renda, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população (Furtado, 1983, p. 182).

Para o autor, a diversificação - ampliação - do consumo de uma parte da sociedade com estilo de vida ditado pelos países centrais (com alta produtividade) se traduzia em desenvolvimento periférico. O aumento da produtividade na economia periférica não era em decorrência do crescimento da taxa salarial. Esse aumento tinha consigo elevação de consumo e alteração no padrão de vida da minoria. O consumo conspícuo assume o papel principal no processo de crescimento periférico, influenciado diretamente pelas economias centrais, de forma que o processo se espalha gradualmente - efeito dominó - na sociedade. No contexto de

periferia econômica, as elites locais (classe ociosa) são o núcleo responsável pela difusão dos padrões de consumo ideais. Estabelecida a conexão inicial - de dependência - entre as elites centrais e periféricas, fica incumbida a elas a responsabilidade da difusão ao restante da sociedade.

Associa-se esse evento ao conceito de emulação apresentado por Veblen em um processo de continua diferenciação, tendo a elite local como legitimadora das preferências estabelecidas nas economias centrais e como padrão a ser referenciado na sociedade subdesenvolvida. A emulação, é o “mecanismo social” em que se manifesta e se perpetua a relação centro-periferia, pois é correspondente ao aspecto cultural do dualismo periférico descrito por Furtado. Nas palavras de Veblen (1899):

[...] o desejo de riqueza nunca extingue em indivíduo algum, e evidentemente está fora de questão uma saciedade do desejo geral ou médio de riqueza. Nenhum aumento geral de riqueza na comunidade, por mais geral, igual ou justa que seja a sua distribuição, levará mesmo de longe ao estancamento nas necessidades individuais, porque o fundamento de tais necessidades é o desejo de cada um de sobrepujar todos os outros na acumulação de bens. (Veblen, 1899, p.19)

É através do processo de emulação que se depreende o diferencial entre indivíduos e a busca por honorabilidade, pois segundo Veblen (1899, p. 19) trata-se de uma “comparação odiosa de prestígio entre os indivíduos.” Os padrões pecuniários de consumo legitimadores dos modelos externos superiores impactam na disposição estrutural interna. Embora não empregado na teoria vebleniana, o conceito de efeito-demonstração², está próximo ao processo de emulação, decorrente da reprodução e difusão de padrões. A reprodução de comportamentos e padrões - que fogem da realidade do país - gera particularidades compreendidas através do conceito de emulação, pois segundo a teoria estruturalista, não se deve reproduzir estruturas institucionais a partir de países desenvolvidos, devido a suas diferentes trajetórias de desenvolvimento.

O sucesso relativo, medido pela odiosa comparação pecuniária com outros, se torna o fim convencional da ação humana. O fim legítimo e normalmente aceito de todo

² O termo "efeito-demonstração" não foi explicitamente apresentado por Thorstein Veblen, mas a ideia está relacionada ao conceito de emulação, que é central em suas obras. John Kenneth Galbraith, influenciado por Veblen, propôs a ideia de "efeito-demonstração" nos anos 1960, como uma extensão e aplicação prática do conceito de emulação. Ambos os conceitos partem da relação entre indivíduos, hábitos e instintos, destacando como a observação do comportamento e padrões de consumo de determinadas classes pode influenciar as escolhas e comportamentos de outras classes na sociedade.

esforço passa a ser consecução de uma comparação favorável com outros homens; a repugnância pela futilidade de uma comparação favorável com outros homens. A repugnância pela futilidade em grande parte, portanto, coincide com o incentivo da emulação. Tal repugnância, acentua a luta pela honorabilidade pecuniária, punindo como uma desaprovação mais incisiva todas as falhas no tocante ao sucesso pecuniário. Esforço deliberado passa a significar, essencialmente, esforço dirigido para um resultado mais favorável relativamente à acumulação de riqueza. Entre os motivos que levam os homens a acumularem riqueza, avulta, portanto, como primeiro deles, tanta intensidade como em amplitude o motivo da emulação pecuniária (Veblen, 1899, p.20).

A emulação induz a disseminação da produção e faz com que os bens de luxo passem a fazer parte da cesta de consumo comum. O efeito dominó da difusão reforça o processo de acumulação de capital, direcionando os esforços para a importação de novos bens, incorporado pelas camadas sociais mais altas. Simultaneamente ao processo de difusão, incorre a absorção do progresso técnico, que consolida a matriz produtiva de tecnologia externa, aprofundando a dependência tecnológica e cultural dos países periféricos.

Furtado (1961) destaca que a assimilação de técnicas já existentes pode vir a provocar subemprego estrutural de fatores, visto que a presença de interdependência entre a evolução histórica e tecnológica está presente na trajetória do desenvolvimento econômico (Cardoso, 2018). A perpetuação da dependência tecnológica reflete diretamente na heterogeneidade tecnológica. Na visão de Furtado os avanços sociais ocorrem antes que haja desenvolvimento econômico. A modernização social antecede o progresso econômico, pois as mudanças sociais não acompanham o crescimento econômico. (Furtado, 1974, p. 86-87).

Por sua vez, o consumo conspícuo está ligado ao entendimento institucional de hábito, pois a difusão do padrão estabelecido reflete - simultaneamente - a emulação e aceitação de convenções já aceitas e que se consolidem como instituições nas economias subdesenvolvidas. Entende-se que a difusão desses padrões, através da classe ociosa aos demais, resulta em *reconstitutive downward effect*, e a constante tentativa de reprodução das classes inferiores retrata o *reinforcement* institucional.

Ao se manifestar pelo consumo conspícuo das classes mais ricas, o efeito-demonstração estabelece padrões de consumo e de produção que reforçam as características estruturais da periferia e contribuem para aprofundar a estratificação da estrutura social e reforçar as particularidades do sistema de acumulação de capital. (Vilaça e Conceição, 2021 p, 936)

Dessa forma, a consolidação da estrutura produtiva atrasada e dependente - via emulação e consumo conspícuo - fortalece a estrutura com a estratificação social. São diferentes formas que compõem a acumulação de capital que impedem um alcance menos desigual na distribuição de renda.

A ênfase atribuída pelo estruturalismo aos elementos não econômicos destaca que os sistemas econômicos devem ser compreendidos a partir de um conjunto que evidencie as relações constituintes da estrutura, uma vez que essas relações possuem mais relevância do que quando são consideradas de forma individual. Dessa forma, a proposta estruturalista para o desenvolvimento interno é considerada eficaz quando considerado as características socioculturais que contribuem com a elaboração de uma identidade própria.

Trazendo casos de exemplos, nas construções do desenvolvimento brasileiro, observa-se a força presente das preferências populares estabelecidos com base nos padrões de comportamento estrangeiros - ação e pensamento - como ideais de consumo, investimento e desenvolvimento. Os conhecimentos tecnológicos presentes na industrialização brasileira foram instituídos de forma dependente do progresso tecnológico importado. Para a construção desse processo, foi necessário a habituação dos pensamentos individuais comuns na construção das instituições locais. Ou seja, foram estabelecidas pelo processo de evolução do capitalismo no país a partir de sua herança colonial, ampliando a dependência e a concentração de renda.

Esses processos não são independentes uns dos outros: devem ser considerados dentro de um mesmo quadro evolutivo. A integração do centro permitiu intensificar sua taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, a intensidade do crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro. Em outras palavras: quanto mais intenso for o fluxo de novos produtos no centro (esse fluxo é função crescente da renda média), mais rápida será a concentração da renda na periferia (FURTADO, 1974, p. 44-5).

No entendimento de Veblen e Furtado, a atividade industrial é foco da acumulação produtiva. Segundo Furtado (1974), tal atividade exige constante renovação do capital investido para que as inovações sejam incorporadas ao processo de produção. Outrossim, Veblen entedia que a atividade estava conectada ao trabalho e ao conhecimento tecnológico. A indústria se torna um setor dinâmico com a necessidade de acompanhar as alterações tecnológicas, de forma que seus efeitos sejam transbordados para a sociedade por meio de empregos, crescimento de

renda, diversificação produtiva, e autonomia institucional em seu desempenho sem influência externa.

Quando analisada a economia brasileira, não se percebe um sistema maduro de inovação. O Brasil não desenvolve seus processos tecnológicos internamente, principalmente os de maior intensidade. Desde a formação econômica, segue especializado na exportação de produtos primários, dependentes de importação de bens e serviços caros com alta sofisticação tecnológica (CARVALHO; GALA, 2020 apud Zulian, 2022 p. 130). O enraizamento institucional vai na direção contrária à construção de uma identidade nacional com projeto industrial e tecnológico para os países periféricos que lutam pela ascensão alcançada pelas economias desenvolvidas. As particularidades geradas são incompatíveis com a realidade, pois derivam da emulação comportamental.

Portanto, entendemos que os aspectos sociais e econômicos estão interligados pelas instituições e hábitos que se retroalimentam, perpetuando o processo de crescimento contínuo da diferenciação de renda e agravamento na estratificação social, não só dentro das economias periféricas, mas também entre os polos econômicos.

Figura 1: Quadro comparativo

INSTITUCIONALISMO	CELSO FURTADO (ESTRUTURALISMO)
<ul style="list-style-type: none"> • Formação social histórica (evolução endógena) • Oposição a Ortodoxia Econômica. • As instituições são hábitos coletivos partilhados. • Análise evolucionária no processo de desenvolvimento econômico (Histórico e cumulativo). • Relação indivíduo-estrutura em rebate ao <i>mainstream</i>. • Indivíduos resultantes do contexto inseridos, modificados pelas ações individuais. • Tecnologia como fator de mudança. <ul style="list-style-type: none"> • Atividade Industrial: acumulação produtiva. • Classe Ociosa: Elite econômica <ul style="list-style-type: none"> • Consumo Conspícuo e Emulação. (hábitos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica formada de forma estrutural e histórica. • Oposição a Ortodoxia Econômica • Origem social moldada por padrões da colonização • Análise de caráter evolucionário no processo de desenvolvimento econômico (Histórico e cumulativo) • Relação indivíduo-estrutura em rebate ao <i>mainstream</i>. • Indivíduos resultantes do contexto inseridos, modificados pelas ações individuais. • Inovação é motor de mudança e desenvolvimento. <ul style="list-style-type: none"> • Atividade Industrial: acumulação produtiva. • Classe Ociosa: Elite econômica exportadora. <ul style="list-style-type: none"> • Consumo Conspícuo e Emulação.

Fonte: Elaborado pela autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo final, retomamos os principais pontos abordados - dando destaque às especificidades das economias periféricas e abordando conceitos institucionais - que auxiliem na compreensão da condição de subdesenvolvimento das economias latinas-americanas.

Em ambas as abordagens, podemos observar as instituições como elemento analítico comum na compreensão dos padrões de desenvolvimento. A análise dos padrões nacionais do desenvolvimento exige a consideração dos aspectos históricos na formação econômica, devendo considerar que são frutos da base institucional que determinou a trajetória econômica a ser percorrida. É essa visão que permite as correntes apresentadas se distinguirem do tradicional.

O processo de crescimento e desenvolvimento econômico é complexo para ser expresso em modelos únicos construídos em cenários ideais, repletos de abstrações. Deve-se também entender que uma trajetória de desenvolvimento é peculiar aos hábitos e padrões de comportamento enraizados, a partir dos quais os avanços tecnológicos e a distribuição dos seus frutos são condicionados; e que a visão do processo varia de país para país, com características distintas.

Nessa perspectiva, a importância do processo de inovação está na busca de conhecimento associado à mudança tecnológica. Destaca-se o reconhecimento do decisivo das organizações, evidenciando as dificuldades em formalizar modelos de crescimento que incluam as instituições, condições históricas, o impacto das instituições importadas, e desequilíbrios estruturais. A dificuldade na inventividade e difusão do progresso influencia padrões de crescimento concentrados na distribuição e produção, resultando em maior espaço para a heterogeneidade produtiva e social das economias periféricas.

Além disso, o conceito de *path-dependence* realça a importância das instituições presentes em disputas passadas que continuam a interferir no presente, pois entendemos que o estudo das mesmas, pode ser uma via que nos direcione no entendimento social quando acrescentamos os conceitos de emulação e consumo conspícuo. Entende-se que o crescimento econômico está atrelado a capacidade de consumo diversificado da elite econômica incorporados pela importação de padrões de consumo conspícuo.

A periferia possui dificuldades estruturais que emperram a promoção do progresso técnico, e por consequência a acumulação de capital. A heterogeneidade social, por sua vez também se caracteriza como impeditivo à trajetória de desenvolvimento. Ao importar técnicas já existentes nos países centrais, se ignora a necessidade de adaptação da tecnologia às condições locais, tendo enfeito sobre a produtividade e absorção de mão de obra. Na concepção de Furtado, somada aos elementos apresentados, a dependência cultural, tecnológica e econômica é entrave ao desenvolvimento das economias periféricas.

Mudanças estruturais enfrentam resistência e incomodam o status quo. O âmbito sociopolítico e cultural faz parte do desenvolvimento, pois parte dali a intenção de transformação estrutural. Desta forma, em consonância com a formação de hábitos de pensamento e das instituições apresentado ao longo do trabalho, exigem ação coletiva que consolide a intencionalidade e conduza o processo de mudança institucional. O estabelecimento de padrões em uma sociedade subdesenvolvida está condicionado à lógica de acumulação que prioriza a emulação de consumo dos países centrais em detrimento da construção de uma identidade nacional que promova o crescimento. Trata-se de uma sociedade em que a acumulação e o consumo conspícuo defendem uma ordem social construída no passado colonial.

O desenvolvimento periférico possui uma visão equivocada de progresso, pois entende a modernização pelo padrão de consumo emulado como desenvolvimento. A relação existente entre os indivíduos, hábitos e instintos conformam com o desenho de estratégias nacionais de desenvolvimento e evolução institucional de causação circular. Apenas a emulação de um hábito ou instituição de uma economia para outra não gera resultados, pois deve-se considerar a realidade econômica, assim como as instituições existentes que operam favorecendo ou não o desenvolvimento.

Embora Celso Furtado tenha descartado o diálogo direto com os institucionalistas em seu prefácio de *Mito do Desenvolvimento*, o autor descreve a importância dos sistemas de valores e variáveis não-econômicas que ao mesmo tempo são decorrentes da acumulação e progresso técnico expressado em valores (Furtado, 1983) e também instituições que norteiam o comportamento social. Em paralelo, conseguimos encontrar em Furtado e Veblen uma análise crítica envolvendo as estruturas e instituições para além da dimensão econômica tradicional centrada em fatores de produção ou em uma instituição apenas.

O estudo das instituições é um início para entender as relações que permeiam a condição de subdesenvolvimento da América Latina, uma vez que possuem um passado de colonização em comum. A situação de desenvolvimento de uma comunidade está condicionada aos hábitos de pensamento que se propagam a partir de uma classe ociosa persuasiva e defensora dos seus interesses. Diante do exposto, mais importante do que buscar previsões via modelos infíeis à realidade, é necessário entender o processo evolutivo social, identificar as instituições e seus enraizamentos presentes nas economias, para assim sugerir teorias e adaptações que se enquadram no contexto econômico e institucional. Afinal, o desenvolvimento está condicionado aos hábitos compartilhados da sociedade, pois são eles os formadores e legitimadores das instituições.

Por fim, as raízes históricas presentes na industrialização latino-americana - pautada na substituição de importações para uma demanda específica - estabeleceram hábitos de consumo e pensamento emulados dos países centrais. Em uma proposta de superação de tal condição econômica, é de extrema relevância tratar das instituições presentes na estrutura social. A interação institucional condiciona a geração e absorção da dinâmica tecnológica, logo, , é decisiva na formulação de modelos de crescimento inclusivo e transformador.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. F. A distribuição da renda e o processo de desenvolvimento dos sistemas produtivos das econômicas desenvolvidas e subdesenvolvidas a partir de Celso Furtado. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 52, 4 nov. 2023.

BARBOSA, D. P. Visões do desenvolvimento: as perspectivas de Celso Furtado e Douglass North sobre o desenvolvimento econômico, 2009. 105 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) —Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BORGES, Luiza Rodrigues. Emenda Constitucional 95: uma análise do teto de gastos no Brasil do ponto de vista ortodoxo e heterodoxo. 2021. 59 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

CARDOSO, F. G. Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. Disponível em: <<https://moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?id=2198622>>. Acesso em: 21 out. 2023.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A relação entre instituições e crescimento econômico: uma análise heterodoxa e evolucionária. In: DATHEIN, R., org. Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos e pesquisas IEPE series, pp. 157-191

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo. Abril Cultural, 1983

FURTADO, C. Essencial Celso Furtado. Editora Companhia das Letras, 2013.

LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 147–172, abr. 2016

LOPES, H. C. Celso Furtado e o progresso técnico. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 3, pp. 120-134 maio 2016.

MEDEIROS, Rodrigo Loureiro. Teoria Econômica e Desenvolvimento na América Latina: Revisitando o Estruturalismo. *Intellèctus*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27608>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PESSALI, Huáscar. "Institutional Entropy," *Journal of Economic Issues*, , vol. 57(2), p. 397-406, 2023.

PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Institucionalismo, desenvolvimentismo e a economia brasileira. Santa Maria: Editora UFSM: 2022.

PIMENTEL, J. T. A institucionalidade do “jeitinho brasileiro”: regras implícitas ou hábitos dos indivíduos? Uma discussão das abordagens institucionalistas à luz dos intérpretes do Brasil. lume.ufrgs.br, 2009. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) —Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.

RAMBO, J. DOS S. A relação entre a economia institucionalista e o estruturalismo cepalino: uma comparação. lume.ufrgs.br, 2018. 68 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) —Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018

SAES, A. M.; SOARES, J. A. R. Ideias e método de Celso Furtado para pensar o século XXI. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 216-247, 5 mar. 2021.

SALLES, A. O. T.; SAUSEN, D. Uma análise da interpretação de Geoffrey Hodgson, Ha-Joon Chang e Richard Nelson sobre desenvolvimento econômico. *INFORME ECONÔMICO (UFPI)*, v. 40, n. 1, 6 out. 2020.

VEBLEN, T. A teoria da classe ociosa. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Primeira edição: 1899

VILAÇA JÚNIOR, A. P.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Conexões do pensamento de Celso Furtado com o institucionalismo vebleniano: hábitos, emulação e efeito-demonstração. *Nova Economia*, v. 31, n. 3, p. 929–954, set. 2021.

ZULIAN, A. Indivíduos, instituições e tecnologias: uma interpretação vebleniana para o desenvolvimento, 2022. 150 f., il. Tese (Doutorado) —Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2022.

